

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A REVOLUÇÃO DE 1930 E A INDUSTRIALIZAÇÃO
NA ERA VARGAS (1930-1939)**

FABIO SOUZA PONTES
Matrícula nº 107385583

ORIENTADOR: Prof. Almir Pita Freitas Filho

AGOSTO 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A REVOLUÇÃO DE 1930 E A INDUSTRIALIZAÇÃO
NA ERA VARGAS (1930-1939)**

FABIO SOUZA PONTES
Matrícula nº 107385583

ORIENTADOR: Prof. Almir Pita Freitas Filho

AGOSTO 2015

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor.

À minha vida e ao meu sucesso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais Paulo e Maria da Graça e ao meu irmão Diogo. Muito do que sou e do que penso hoje é consequência do amor e da educação recebida por eles. Às minhas tias, meus tios e primos pelo apoio e carinho recebidos. À minha namorada Karine, por quem me apaixonei após quatro anos de amizade, pelo amor, pelo carinho e pelo incentivo em ver este trabalho realizado.

Ao meu orientador, Almir, pela sempre atenciosa disposição em ajudar e me guiar neste trabalho com seu vasto conhecimento acerca do tema.

Aos meus amigos de universidade: em especial meu quase irmão, Thiago “Jesus”, que dividiu comigo todos os momentos desde o início desta longa jornada; Celso Eugênio, Felipe Reina e David Campanelle, grandes parceiros no início de faculdade; Diego Aquino e Iuri Viana, que se tornaram grandes amigos no decorrer dos anos; André Mitidieri e Pedro Aguiar, parceiros nos debates sobre Thorstein Veblen e institucionalismo; e aos demais colegas que me proporcionaram bons momentos durante esses últimos anos.

Ao eterno chefe Luiz Mario Behnken, pela minha primeira oportunidade profissional, como assistente do Fórum Popular do Orçamento – FPO/RJ, e pelos conhecimentos transmitidos, que contribuíram significativamente para o início da minha carreira e para minha formação como cidadão.

Às amigas que fiz no FPO/RJ: Talita, Duda e Pâmela.

Por fim, a todos aqueles que, embora não citados, tenham contribuído direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

RESUMO

A Revolução de 1930 é tradicionalmente considerada um marco na história contemporânea do Brasil. Embora a historiografia divirja acerca do significado político e dos objetivos das classes formadoras do movimento, o episódio simbolizou o fim da hegemonia dos grupos cafeicultores e lançou o país em uma nova trajetória política e econômica, liderada pelo gaúcho Getúlio Vargas. No campo político o Estado passou a ter um caráter centralizador e interventor, abandonando a política dos governadores adotada durante grande parte da República Velha. Na esfera econômica o Estado teve um papel decisivo na diversificação econômica, possibilitando uma rápida expansão industrial, rompendo com o modelo agroexportador. O objetivo deste trabalho é concluir que a Revolução de 1930 representou uma ruptura com o modelo político e econômico adotado na primeira fase republicana e que o processo de industrialização ocorrido durante a Era Vargas (1930-1939) estava alinhado com as diretrizes do grupo revolucionário e fazia parte de um programa de governo.

Sumário

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO..... | 7 |
| I – A REVOLUÇÃO DE 1930 E SEUS DESDOBRAMENTOS..... | 10 |
| I.1 - A Crise Política da República Velha | 10 |
| I.2 – O Programa da Aliança Liberal | 16 |
| I.3 – A Revolução de 1930 e suas interpretações como marco histórico..... | 19 |
| II – O GOVERNO VARGAS E AS MUDANÇAS ESTRUTURAIS | 26 |
| II.1- Mudanças Políticas..... | 26 |
| II.2 - Mudanças Econômicas | 31 |
| III – A POLÍTICA INDUSTRIAL NO GOVERNO VARGAS | 39 |
| III.1 – O Processo de Substituição de Importações..... | 39 |
| III.2 – O Crescimento do Setor Industrial | 43 |
| CONCLUSÃO..... | 55 |
| REFERÊNCIAS | 57 |

INTRODUÇÃO

A história republicana do Brasil foi marcada desde o seu início por golpes ao governo e manifestações populares, episódios que algumas vezes causaram reviravoltas nos rumos do país. A própria Proclamação da República ratifica esta afirmação, além das revoltas ocorridas ainda em sua primeira década, como, por exemplo, a Revolução Federalista e a Guerra de Canudos.

A Revolução de 1930 compõe este rol de episódios marcantes na história brasileira. Ainda que haja divergência na historiografia quanto à composição de classe e os objetivos do grupo revolucionário, acarretando assim em diversas interpretações sobre os fatos decorrentes do movimento, a Revolução abriu um novo capítulo na era republicana brasileira, pondo fim à República Velha e à hegemonia das oligarquias cafeicultoras.

Esta nova fase da história brasileira trouxe grandes mudanças em relação ao período anterior e ficou conhecida com a Era Vargas, em referência ao político gaúcho Getúlio Vargas, que liderou o movimento revolucionário e governou o país entre os anos de 1930 e 1945, e mais tarde de 1951 a 1954, ano de seu suicídio. O primeiro período será objeto de nosso estudo, embora não haverá diferenciação entre as três fases de governo que o compõem, a saber, o Governo Provisório (1930-1934), o Governo Constitucional (1934-1937) e o Estado Novo (1937-1945). Aqui, estaremos preocupados em analisar as mudanças estruturais realizadas por Vargas, sobretudo nas esferas política e econômica, tendo como fundo os ideais levantados na Revolução de 1930 e sua oposição com as medidas adotadas durante a República Velha. Desta forma, nosso objetivo aqui é demonstrar que a Revolução de 1930 representou uma ruptura com o período anterior, apesar da existência de interpretações consagradas de autores que pensam de forma contrária a respeito.

No campo político, o Estado se tornou mais intervencionista e com caráter centralizador. As oligarquias cafeicultoras perderam muito espaço dentro do governo e viram seu poder de decisão declinar, enquanto a classe industrial e a classe operária ganhavam força. No entanto o debate gira em torno da representação de classe do movimento revolucionário e seus interesses. Para Bóris Fausto os revolucionários eram bastante heterogêneos quanto suas origens sociais e não representavam claramente o interesse industrial. Para ele o conceito de Estado de Compromisso, utilizado para definir o estado político logo após o episódio, ilustra bem a ausência de uma classe dominante. De forma contrária, para os defensores das teses

dualistas, o movimento representou o dualismo entre um setor agrário e outro industrial, representando uma etapa da evolução do capitalismo na forma de uma revolução burguesa.

Na esfera econômica houve um grande avanço da industrialização no país, com forte apoio do Estado na implementação da indústria de base. Aqui a divergência gira em torno da intencionalidade de industrialização por parte do governo Vargas, o que pode ser resumido na presença (ou ausência) de uma reivindicação de caráter industrializante na plataforma da Aliança Liberal (chapa de Getúlio Vargas nas eleições de 1930). Para Bóris Fausto o grupo revolucionário não representava a burguesia industrial e não apresentava medidas de incentivo à indústria. Há ainda a interpretação clássica de Celso Furtado de que o crescimento industrial na década de 1930 foi consequência da política de defesa do café. Por outro lado, há os que acreditam na intencionalidade da política de industrialização do governo Vargas, a exemplo de Eli Diniz e Pedro Cezar Dutra Fonseca, que mostram que o aparato institucional criado pelo Estado com o objetivo de fomentar o setor industrial brasileiro demonstrou uma intencionalidade clara do Estado em diversificar e desenvolver a economia para além do modelo agroexportador.

Para cumprir nosso objetivo, este trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro será destinado a discutir o movimento revolucionário de 1930 e seu significado político. Inicialmente será debatida a crise política instaurada no fim da década de 1920, que pôs em xeque a hegemonia da elite cafeicultora e abriu passagem para a Revolução. Em seguida serão apresentados alguns pontos do programa da Aliança Liberal, destacando a intencionalidade de se implantar uma diversificação econômica no país, deixando de lado o modelo agroexportador, adotando-se um viés industrializante. Por fim, será debatido o reconhecimento do episódio como marco histórico, apresentando visões distintas do movimento, como a tese dualista, que o interpreta como um conflito entre as classes urbana e rural, representando uma etapa da evolução do capitalismo no Brasil, e visões de outros autores, como Martins (1982), que não vê uma clara ruptura no padrão político vigente, considerando a Revolução de 30 um movimento das elites.

O segundo capítulo será destinado a apresentar diversas mudanças institucionais ocorridas nos campos políticos e econômicos na década de 1930. No âmbito político o Estado tornou-se mais centralizador e interventor. Leopoldi (1999) destaca introdução do corporativismo como modelo de organização das classes trabalhadoras, tendo como objetivo a interação destas com o governo central e o poder de intervenção do Estado nas atividades operárias. No campo econômico Fonseca (2003) defende a ideia de uma mudança institucional favorável à

industrialização do país, realizada por meio da criação de diversos órgãos e instituições públicas que regulamentaram ou abriram espaço para o desenvolvimento das atividades industriais.

O terceiro capítulo é destinado às políticas industriais propriamente ditas, debatendo o processo de substituição de importações e apresentando indicadores e fatos que busquem demonstrar que o desenvolvimento do setor industrial fazia parte do processo de diversificação da produção brasileira.

Por fim, na conclusão, avaliaremos os argumentos expostos com o objetivo de esclarecer que a Revolução de 1930 representou uma ruptura com a República Velha e que o processo de industrialização que ocorreu no período posterior foi decorrente dos ideais do grupo revolucionário e, não apenas, das políticas macroeconômicas adotadas.

I – A REVOLUÇÃO DE 1930 E SEUS DESDOBRAMENTOS

A Revolução de 1930 foi um relevante episódio na história brasileira, pondo fim à primeira fase da era republicana, a chamada Primeira República ou República Velha. Se, por um lado, questiona-se que o episódio incorreu em mudanças significativas no campo político e econômico, fato é que, ao menos para efeito de periodização, a Revolução de 1930 é uma referência na trajetória do país.

Neste capítulo será apresentado o contexto político em que a Revolução de 1930 estava inserida, isto é, a crise política da década de 1920. Em seguida será apresentado o programa de governo proposto pela Aliança Liberal, com objetivo de encaminhar o debate sobre a continuidade ou ruptura do período pós-revolucionário com a República Velha. Por fim, será posta em discussão o reconhecimento do episódio como marco histórico, apresentando a visão de diversos autores sobre o significado político do movimento sugerindo se o episódio representou de fato uma ruptura com o período anterior.

I.1 - A Crise Política da República Velha

A década de 1920 foi marcada pelo enfraquecimento da política dos estados e pelo crescimento de movimentos de oposição ao modelo político estabelecido, como por exemplo, o Tenentismo, movimento liderado por oficiais de baixa patente do exército que teve abrangência nacional e perdurou durante quase toda a década. Ao final deste decênio, os preparativos para a eleição presidencial em 1930 instauraram definitivamente uma crise política com a indicação à presidência do paulista Júlio Prestes, quebrando o pacto do “café com leite”, isto é, o acordo informal entre os partidos republicanos de São Paulo e Minas Gerais, que escolhiam o candidato.

Para uma melhor compreensão desta crise é preciso entender o modelo político que vigorava durante a Primeira República e mantinha o controle político do país nas mãos da oligarquia cafeicultora e a oposição afastada do poder por meio da manipulação do resultado das eleições.

A chamada “política dos governadores” foi pactuada durante a presidência de Campos Sales, quarto presidente da República, exercendo o mandato de 1898 a 1902. O acordo era baseado no clientelismo, definido por Carvalho (1997) como uma relação entre atores

políticos que envolve benefícios públicos em troca de apoio, principalmente, na forma de voto. Desta forma, o Presidente da República assegurava autonomia e apoio na forma de verbas ou obras públicas aos Presidentes Estaduais (equivalente, na época, aos atuais governadores) que de igual forma apoiavam os chefes municipais, os conhecidos coronéis. Estes, em troca, deveriam conduzir as eleições por meio de favores ou coerção de forma a garantir a eleição dos candidatos governistas, tanto em âmbito estadual quanto federal.

Para o bom funcionamento do pacto político Campos Sales implementou, inclusive, algumas mudanças institucionais que alteravam o processo eleitoral. Duas delas foram (DAVALLE, 2003): alterar o critério de determinação do Presidente da Câmara Municipal; e o reconhecimento dos diplomas apenas dos candidatos de situação. O Presidente da Câmara Municipal era o responsável por nomear os integrantes da Comissão de Verificação das eleições, órgão incumbido de legitimar a eleição dos candidatos. Pelo novo regulamento, o Presidente da Câmara Municipal seria o mesmo da legislatura anterior e não o mais velho, critério adotado anteriormente. Isso garantiria que a Comissão de Verificação fosse formada por integrantes do governo. Além disso, a ata de eleição, documento formal do pleito, passou a ser os próprios diplomas dos candidatos governistas. Os diplomas eram os documentos que garantiam a posse do candidato. Assim, o voto era mero mecanismo formal neste processo eleitoral, uma vez que, na prática, bastavam apenas os diplomas para garantir a eleição dos candidatos de situação.

Desta forma as Comissões de Verificação tinham papel fundamental neste processo eleitoral. Sempre formadas por deputados governistas, ou seja, pelo próprio poder legislativo, as comissões eram as responsáveis por validar as eleições, sempre garantindo, portanto, a eleição daqueles indicados pelo governo e a “degola” dos opositores, ainda que, constantemente, se utilizando de fraudes. Estas eram as chamadas eleições no “bico de pena”. Isso gerou a cultura da realização de eleições tumultuadas durante toda a República Velha, pois as oposições sempre contestavam o processo eleitoral acusando-o de fraudulento.

Não era tranquila, também, a luta pelo poder seja nos municípios ou nos estados. A batalha pelo controle político gerava episódios de violência entre as facções. Em âmbito municipal coronéis rivais disputavam a aliança com a oligarquia estadual dominante. Já no estado, as facções oligárquicas disputavam o controle político e, portanto, o apoio do governo federal. Ter o domínio regional significava, além de poder político, acesso a cargos e verbas públicas (PEDROZA, 2013).

Para Lessa (1988) a política dos governadores pode ser interpretada como uma solução de Campos Sales aos seus propósitos no governo e à rotina administrativa do país, que com o fim do Império ainda não havia se estabilizado. Como presidente ele queria autonomia para executar seus planos de austeridade econômica, e viu neste modelo eleitoral, a solução. Tal modelo estava fundamentado também no federalismo, instituído na Constituição de 1891 e fortalecido em seu governo. A política dos governadores se tornou uma solução ao vazio político deixado pelo fim do Império. A Proclamação da República não foi um episódio planejado, de forma que o fim do antigo regime deixou várias lacunas no *modus vivendi* do país.

Desta maneira a República Velha se manteve e seu comando se concentrou nos estados de São Paulo e Minas Gerais, as maiores oligarquias produtoras de café, sustentando o pacto informal da república do “café com leite”. No entanto a manutenção da mesma estrutura política ao longo das décadas dificultou a renovação da elite governista e, conseqüentemente, a absorção de novos elementos intelectuais, tornando o conjunto governista ultrapassado ideologicamente. Segundo Casalecchi (2004) durante o período de 1889 até 1925 46% da elite paulista fazia parte da chamada primeira geração republicana, aqueles nascidos antes de 1868 e que participaram das primeiras campanhas republicanas. A segunda geração, dos nascidos entre 1868 e 1889, representou 34%, enquanto os 20% restantes correspondia à terceira geração, nascida depois de 1889. Martins (1982) afirma ainda que os valores modernizantes tinham um alcance pequeno, uma vez que não eram transmitidos e se concentravam em um grupo pequeno da elite. E, além disso, os políticos que pregavam as novas ideias europeias e norte-americanas eram eleitos por meio das velhas práticas e zelavam pela manutenção das bases oligárquicas. A obsolescência intelectual criou certa dificuldade em reconhecer novos arranjos políticos e principalmente de perceber e se impor frente à oposição.

Estados de menor força, mas com significativo peso político, como Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul buscavam espaço no cenário político atuando individualmente ou em conjunto (CPDOC, 2013). Fausto (2008) afirma, porém, que as oposições regionais nunca se tornaram conflito aberto, pois as oligarquias regionais de menor expressão sempre buscavam apoio das chapas vencedoras após os pleitos. Além disso, a importância da economia cafeeira e a força da institucionalização da política dos governadores permitiam que as oligarquias dominantes conservassem a hegemonia mesmo

quando o presidente da República não pertencia ao eixo São Paulo – Minas Gerais¹. Para isso eles contavam com o apoio de oligarquias menores, como Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Na década 1920 surgiu um movimento importante de oposição às oligarquias cafeeiras, o Tenentismo. O movimento de militares de baixa patente do exército brasileiro insatisfeitos com o menosprezo do governo federal para com a instituição militar foi o mais significativo entre os movimentos de oposição durante a República Velha, teve abrangência nacional e viveu seu auge entre os anos de 1922 e 1927 (LANNA JÚNIOR, 2006), período que se inicia com o episódio dos 18 de Forte e termina com o fim da Coluna Prestes.

Os militares de baixa patente não concordavam com os rumos das forças armadas brasileiras, que tinham seus altos escalões ligados à oligarquia cafeeira. Fausto (2008, p.123) afirma que os líderes do movimento “*não se integram ao Exército como figuras obscuras, em busca de ascensão social; pelo contrário, uma responsabilidade de elite pelos destinos do país, que julgam desviados de seus verdadeiros objetivos, incentiva-os a romper abertamente com a ordem estabelecida*”. O movimento foi constituído por uma série de levantes de grupos militares ao redor do país. A intenção era iniciar uma onda revolucionária que culminasse na derrubada do poder federal.

A Marcha dos 18 do Forte, em 1922, é o evento inaugural do Tenentismo, tendo sido também o epicentro de vários outros episódios rebeldes no Distrito Federal, como os levantes na Vila Militar e na Escola de Realengo. Dois anos depois, em 1924, um dos mais importantes episódios do tenentismo teve início: o Levante de São Paulo. Neste mesmo ano, ocorreram vários outros movimentos rebeldes ou conspiratórios ao redor do país como reflexo do levante paulista (LANNA JÚNIOR, 2006), como no quartel de Engenho Novo, no Rio de Janeiro; no 10º Regimento de Cavalaria Independente, em Mato Grosso; no 26º Batalhão de Caçadores, em Belém do Pará; e a Comuna de Manaus, no Amazonas, que teve maior abrangência e apresentou uma roupagem mais social, uma vez que os rebeldes questionavam também questões referentes à administração pública e questões sociais da região.

¹Entre os presidentes eleitos diretamente apenas Mal. Hermes da Fonseca (mandato de 1910-1914) e Epitácio Pessoa (mandato de 1919-1922) não provieram de São Paulo ou Minas Gerais. Mal. Hermes da Fonseca era natural do Rio Grande do Sul e fez sua carreira militar no Rio de Janeiro. Epitácio Pessoa era natural da Paraíba e havia sido senador por esse estado, mas foi lançado à presidência pelo Partido Republicano Mineiro (CPDOC, 2013).

A intenção dos revoltosos em São Paulo era tomar os principais pontos da capital paulista e, simultaneamente, suscitar uma série de levantes no resto do país, culminando na derrubada do governo federal. A surpresa dos ataques dos rebeldes garantiram as tomadas sem resistência de vários pontos da cidade. Com a fuga do Presidente de Estado, a capital estava nas mãos dos revoltosos, que não estavam preparados para administrá-la. Os dias de enfrentamentos com as forças nacionais seguiram, até os revoltosos perceberem que a permanência na cidade significaria a derrota, visto a força e o não recuo das tropas governistas. Após tentativa fracassada de negociar uma rendição, exigindo inclusive anistia dos revoltosos do Forte de Copacabana, os revolucionários decidiram deixar a cidade de trem, saindo da Estação da Luz em direção a Campinas (Ibid., 2006, p. 320-323).

O movimento de 1924 foi mais próximo da população civil e algumas frações de classe, como os estudantes, as classes populares e os operários organizados apoiaram o tenentismo, pois viam nele uma esperança de mudança. Entretanto, aos militares interessava mais o apoio político do que o popular, pois o movimento era elitista. Os jovens oficiais “*não concebiam a luta política como algo a ser realizado pelo povo, mas algo a ser realizado por uma vanguarda em nome do povo.*” (FORJAZ *apud* LANNA JÚNIOR, 2006, p.323). E os revolucionários se viam como essa vanguarda.

Saindo da capital paulista em direção ao interior do estado e, em seguida, ao sul do país, o grupo revolucionário formou a chamada Coluna Paulista, um conjunto de várias tropas independentes que se moviam em uma mesma direção. Chegando a Foz do Iguaçu, em março de 1925, a Coluna Paulista se juntou à Coluna Prestes (ou Coluna Gaúcha), grupo liderado por Luis Carlos Prestes. Os oficiais gaúchos se sublevaram em outubro de 1924 (LANNA JÚNIOR, 2006) quando ocuparam algumas cidades gaúchas, como São Luiz, Uruguaiana, São Borja e Santo Ângelo. No entanto, diante de derrotas sofridas perante as tropas legalistas nos meses seguintes, os revoltosos decidiram concentrar as forças na cidade de São Luiz. Estava formada a Coluna Prestes, que tinha como objetivo seguir até Foz do Iguaçu e se junta à Coluna Paulista. Juntas, as duas tropas formavam a Coluna Miguel Costa-Prestes, comandada pelo general Miguel Costa, constituída por um estado-maior comandado pelo Major Coriolano de Almeida Júnior, pela brigada de São Paulo e a do Rio Grande comandadas, respectivamente, pelo Tenente-Coronel Juarez do Nascimento Fernandes Távora e pelo Coronel Luis Carlos Prestes (Ibid., 2006, p. 333).

A Coluna Prestes percorreu cerca de vinte e cinco mil quilômetros em quase dois anos de existência (CPDOC, 2014). Iniciando sua jornada em março de 1925 em Foz do Iguaçu,

logo partiram para o Mato Grosso e de lá para Goiás. Em novembro do mesmo ano, a Coluna chega ao nordeste, entrando no estado do Maranhão e seguindo para o Piauí. Durante quase todo o ano de 1926 a Coluna andou pela região nordeste, até chegar novamente a Mato Grosso em outubro, quando, já enfraquecido o movimento, Prestes envia Djalma Dutra e Lourenço Moreira Lima para a Argentina em busca de orientações do General Isidoro. Um destacamento liderado por Siqueira Campos se desvia e segue em direção a Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. Em novembro, sob a troca presidencial entre Arthur Bernardes e Washington Luiz, e uma revolução militar no Rio Grande do Sul, retornam da Argentina os dois enviados com a orientação de aguardarem por dois meses o resultado do movimento militar no sul do país antes de se exilarem (LANNA JÚNIOR, 2006, p. 340). Expirado o prazo Prestes e Miguel Costa seguem para a Bolívia, onde chegaram em fevereiro de 1927 com 620 homens. O grupo liderado por Siqueira Campos emigra para o Paraguai chegando lá em março de 1927. É o fim da Coluna Prestes.

Para Lanna Júnior (2006) há três interpretações consagradas para o tenentismo. A primeira interpretação sobre o movimento foi cunhada por Virgílio Santa Rosa, no início da década de 1930. Para ele o tenentismo foi uma revolução da classe média urbana, pois os militares de baixa patente dela advinham. Portanto, a origem social dos militares tenentistas justifica para ele a representação de classe do movimento, e a ação armada os tornam os verdadeiros revolucionários (Ibid., p.342).

Uma segunda interpretação surgida na década de 1960, à luz do golpe militar de 1964, trata o tenentismo como um movimento militar, não guardando relações com as classes sociais. Os autores destes argumentos buscaram fundamentações em outras disciplinas, como a ciência política e a sociologia, buscando uma renovação historiográfica. José Murilo de Carvalho trata o tenentismo como movimento puramente institucional, e se apoia na teoria das instituições totais, cunhada por Goffman. Para Carvalho o tenentismo é um processo de institucionalização do exército e de intervenção política contestatória destes militares na Primeira República.

Fausto também compartilha deste ponto vista acerca do movimento tenentista. Ele define, inicialmente, o tenentismo como “*um movimento política e ideologicamente difuso, de características predominantemente militares, onde as tendências reformistas autoritárias aparecem em embrião*” (FAUSTO, 2008, p. 80), e em um segundo momento, “*como um movimento voltado para o ataque jurídico-político às oligarquias, com um conteúdo centralizador, ‘elitista’, vagamente nacionalista*” (Ibid., p. 87). Ao se questionar da

possibilidade de reconhecer o movimento tenentista como núcleo organizador das classes médias o autor argumenta que a própria ideologia vanguardista dos tenentes faz do movimento substitutivo, e não, organizador do povo. Salvo nas revoltas gaúchas, não houve em nenhum episódio uma relação mais estreita entre os civis e militares. No Rio Grande do Sul a luta política já tinha se tornado uma luta armada e, portanto, havia uma relação mais próxima entre militares e setores civis. Já o que ocorreu na revolução paulista de 1924, foi uma simpatia da população pelos militares por sua aparente identificação com as dissidências civis, sendo os revolucionários um suposto braço armado. Assim o autor conclui ser problemático associar um movimento centralizador e elitista às classes médias brasileiras.

A terceira interpretação, defendida por José Maria Bello e Maria Cecília Spina Forjaz, vê uma correspondência indireta e até mesmo ambígua entre o tenentismo e as classes médias. Para Bello militares e civis tinham motivações diferentes, mas eventualmente se uniam, como no caso do tenentismo. Os militares, apesar de advirem das classes médias eram mais esclarecidos justamente pela sua formação. Para Forjaz o tenentismo abraçou as causas das classes médias urbanas, mas os militares guardam autonomia própria, o que dá ao movimento uma ambiguidade: politicamente era liberal-democrata, mas autoritário; popular, mas mantinha uma organização de classes; defendia a ampliação da representatividade do Estado, mas era elitista.

I.2 – O Programa da Aliança Liberal

Neste tópico serão apresentados alguns pontos da plataforma política da Aliança Liberal, baseados em dois documentos publicados pelo Senado Federal (BONAVIDES; AMARAL, 2002) disponibilizados pelo CPDOC/FGV: Plataforma de Getúlio Vargas na Campanha Presidencial, e Manifesto da Aliança Liberal, redigido por Lindolfo Collor em 20 de Abril de 1930.

A Aliança Liberal é considerada uma coligação oposicionista de âmbito nacional, representada por Afonso Pena Júnior. Foi criada como divergência à ação do Partido Republicano Paulista (PRP) de romper com o esquema de substituição da política de “café com leite” indicando o paulista Júlio Prestes para suceder o então presidente Washington Luís ao invés de indicar um candidato mineiro como seria o esperado no jogo sucessório. Para tanto, a aliança de oposição foi formada por líderes políticos coligados ao Partido Republicano Mineiro (PRM) e ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), e recebeu apoio

da chapa de oposição, destacando-se o Partido Libertador (PL), a Frente Única Gaúcha (FUG) além do Partido Democrático de São Paulo e Partido Democrático do Distrito Federal. O objetivo era de apoiar a candidatura de Getúlio Vargas como presidente e João Pessoa à vice-presidente em oposição ao candidato indicado pelo governo central (CPDOC, 2013).

Busca-se salientar aqui que a oposição já visava uma ruptura com as políticas adotadas durante a República Velha, aí incluindo evolução na proteção dos direitos sociais, reformas políticas e a diversificação econômica partindo da implantação de um projeto industrializante para o país. Os documentos citados serão abordados à luz destas três óticas.

Do ponto de vista social a Plataforma da Aliança Liberal se mostra como solução para uma necessidade clamada pelo povo de renovação dos costumes políticos e restauração da democracia. As classes populares sem representação política oficial são as que mais sofrem com a situação geral do país.

A Plataforma de Getúlio Vargas propõe dois conjuntos de medidas que visam à ampliação dos direitos sociais. A primeira é a instituição do voto secreto a todos os alfabetizados e a entrega das mesas eleitorais à magistratura federal. Desta forma, estaria garantida a representação popular no processo eleitoral, impedindo a fraude na votação, no alistamento e no reconhecimento dos eleitos. Um segundo conjunto de medidas trata do amparo ao proletário urbano e rural por meio de legislação que lhe garanta conforto, estabilidade e amparo na doença e na velhice. Propõe-se a criação de um Código de Trabalho em um esforço conjunto entre governo central e os estaduais. A legislação deve criar condições especiais de trabalho para as mulheres e crianças, contemplar as oito horas de trabalho, a ampliação das leis de férias e do salário-mínimo.

Sob a ótica política os documentos trazem muito mais uma reflexão do contexto político da República, a necessidade de uma renovação do pensamento, do que propostas de reformas. O Manifesto da Aliança Liberal ressalta que o próprio surgimento de uma corrente liberal advinda das aspirações do povo representa uma involução do processo republicano do país, bem como a necessidade de uma renovação ideológica no campo político. É criticada ainda a intervenção do próprio presidente na escolha de seu sucessor, prática que fere os preceitos democráticos do regime republicano e demonstra mais um retrocesso na história da República brasileira.

Da perspectiva econômica são ressaltados dois pontos cruciais: a defesa do café e a necessidade de crescimento da indústria brasileira. Na Plataforma da Aliança Liberal a defesa do café é tratada como o principal problema do país, sendo este produto responsável por dois terços do ouro necessário ao equilíbrio da balança comercial, estabilização do câmbio e da moeda. A proposta de defesa do café é baratear seu custo, reduzindo os gastos de produção, transporte e impostos, e eliminar a figura dos intermediários a partir da criação do Instituto do Café. Tal estratégia promoveria lucros mais garantidos e sólidos aos produtores do que aqueles auferidos por conta da valorização artificial por meio do controle do preço do café.

Por outro lado, apesar do amparo à agricultura e ao café, ambos essenciais à economia brasileira, a produção agrícola brasileira estaria muito aquém do desenvolvimento desejado. E por isso seria preciso um esforço para aumentar a produção de outros produtos, diversificando a produção agrícola, pois a normalização da economia brasileira depende, não somente de uma maior exportação, mas também de uma menor importação. O déficit da balança comercial quase se anularia se cessasse a importação de produtos agrícolas que o país tem condições de produzir e abastecer o mercado interno.

Mas, apesar de demonstrar que o setor agrícola tem um papel significativo nos rumos da economia, a plataforma da Aliança Liberal vai além e prega que o único caminho para ter sólida base econômica para o equilíbrio monetário é produzir muito e barato o maior número de artigos para consumo interno e exportar o excedente. Isto libertaria a economia brasileira dos perigos da monocultura, quais sejam, a vulnerabilidade a crises e a necessidade das valorizações artificiais dos produtos.

O caminho para o desenvolvimento industrial do país seria adotar medidas protecionistas em favor das indústrias que aproveitam a matéria-prima nacional e desenvolver a indústria siderúrgica no Brasil, que será necessária para dar suporte ao surto industrial, possibilitando a fabricação de máquinas. O Manifesto Liberal diz ainda que a *“indústria siderúrgica bastará por si só para garantir a independência econômica e a prosperidade do país.”* (BONAVIDES; AMARAL, 2002, p. 158)

Uma análise breve destes dois documentos da Aliança Liberal demonstra claramente uma insatisfação com toda a política praticada no país. A chapa se apresenta como uma alternativa e como a solução clamada pelo povo, propondo medidas reformistas nos campos social, político e econômico. Vê-se claramente uma intenção de ruptura com toda a política praticada durante a República Velha.

Em leitura à Plataforma da Aliança Liberal, Fonseca (2011) ressalta que a diversificação econômica em direção à industrialização constava no documento como visão preponderante. Esta posição ia ao encontro da ideologia positivista do Partido Republicano Rio-Grandense (PRP), do qual Getúlio Vargas fazia parte, e era oposta à ideia de especialização decorrente das vantagens comparativas, preconizada pelos princípios liberais seguidos pela oligarquia cafeeira. Por outro lado, a Aliança Liberal não deixaria de lado a defesa ao café e as atividades primárias, dado que o agronegócio era fornecedor de matérias-primas às indústrias naturais, como a têxtil, alimentícia, madeireira etc.

O autor argumenta que não se pode depreender que a posição da Aliança Liberal e dos “revolucionários” era anti-industrialista pelo fato da chapa ser constituída por oligarquias regionais e pelos grandes líderes industriais terem apoiado a chapa situacionista. Até mesmo o exército era favorável à industrialização por razões de segurança, e defendiam a ideia de indústrias como a siderurgia e armamentos.

I.3 – A Revolução de 1930 e suas interpretações como marco histórico

Após uma exposição do quadro de crise política da década de 1920, endossada pelo movimento tenentista, e dos principais pontos levantados pelo programa da Aliança Liberal, esta seção irá discutir o caráter revolucionário do episódio de 1930, ou seja, o reconhecimento da Revolução de 1930 como marco histórico, como ponto de ruptura com a República Velha.

As primeiras interpretações acerca do significado sociopolítico da Revolução de 1930 analisam-na sob a ótica das teses dualistas. Mais tarde, muitos outros autores analisaram o episódio como forma de crítica ao modelo dualista. Portanto, para entendermos as diversas interpretações sobre o movimento revolucionário é necessário uma breve explicação sobre o dualismo.

O modelo dualista ganhou força no início do século XX como a explicação do processo de desenvolvimento do capitalismo nos países periféricos, sobretudo na América Latina, onde foi difundida pela CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe, e revisitada por Celso Furtado e Ignácio Rangel, entre outros. Ele está fundamentado na tensão existente entre dois setores centrais. De um lado encontra-se o setor “atrasado”, agrário, institucionalmente tradicional e ligado ao imperialismo, isto é, baseado em relações sociais praticamente servis centralizadas na figura dos grandes donos de terras, os

latifundiários. Em oposição está o setor “moderno”, urbano e industrializado, com instituições sociais mais desenvolvidas e relações pessoais mais flexíveis, como por exemplo, regras trabalhistas e flexibilidade da estratificação social. Esta classe seria a responsável pelo avanço do capitalismo nos países subdesenvolvidos, tendo, no entanto, o setor atraso como um entrave a esse processo (FAUSTO, 2008).

A leitura da crise política da Primeira República sob a ótica dualista traz a oligarquia cafeeira como o setor agrário (feudal) e as classes médias, associadas aos movimentos militares, como a representação das reivindicações burguesas (modernas). A Revolução de 1930 seria, portanto, sob este aspecto, a ascensão ao poder da burguesia industrial por meio de uma revolução das classes médias juntas ao exército.

Muitos autores teceram críticas ao modelo dualista. Entre eles, Francisco de Oliveira se tornou o mais famoso crítico ao modelo com sua obra “Crítica à Razão Dualista”. Ele acreditava que por trás da aparente dualidade caracterizada pelo distanciamento do setor industrial e agrário ocorria uma perfeita “integração dialética”, dinâmica, onde os dois setores se apoiavam (OLIVEIRA, 1987).

O autor entende que por não existir dualidade, o papel da agricultura é produzir para atender as necessidades urbanas e industriais, sendo o principal fornecedor de alimentos e insumos para o setor industrial com o objetivo de produzir muito a preços baixos devido à expropriação do trabalho, resultando em certa acumulação primitiva do capital. A oferta e o preço satisfatórios contribuíram com os aumentos dos lucros e com a manutenção do baixo custo de reprodução da força de trabalho. Além disso, os produtos agrícolas a preços reduzidos contribuíram para a manutenção dos salários baixos dos trabalhadores industriais e para elevadas exportações, que serviriam como financiadoras do processo de industrialização, gerando divisas para a importação de bens de capital.

Fausto (2008) também pretende mostrar em sua clássica obra “A Revolução de 1930: historiografia e história” a inconsistência do modelo dualista. A ideia proposta pelo autor é defendida, na verdade, pela negação das características subjacentes ao modelo: inexistência do antagonismo entre o setor agrário e o setor industrial; e a impossibilidade de se reduzir os movimentos militares às classes médias. A Revolução de 1930 se mostra como um momento chave para se debater tais questões, pois põe fim à República Velha, o que deixaria claro qualquer cisão entre os setores agrário e industrial; e teve participação fundamental do exército, contando com a participação dos tenentes, o que possibilitaria a avaliação da

existência de qualquer relação entre os militares e as classes médias. Fazendo uma revisão histórica dos fatos, o autor nega tais premissas, de forma que: não havia uma cisão entre os interesses dos setores agrários e os industriais, visto que o setor industrial era incipiente no sentido de pouca expressividade econômica e dependente do capital do setor agrário e que, ainda que fosse capaz de se expressar politicamente, jamais propôs um programa industrialista, logo, a Revolução de 1930 não atendeu aos interesses do setor industrial; e não se pode afirmar que foi uma revolução das classes médias porque não é possível relacioná-las com os grupos militares, como visto na seção anterior.

Concluindo sua obra, Fausto (2008) reconhece a Revolução de 1930 como um episódio revolucionário que expressou a necessidade de reajuste do país, dado que o modelo agroexportador já se apresentava esgotado. Por outro lado não correspondeu ao ascenso da burguesia industrial ao poder, visto que o setor industrial estava associado ao setor latifundiário cafeeiro, por meio da integração do capital industrial com o capital agrário, que aliás, constituía a única classe nacional capaz de se articular de acordo com seus interesses, apesar de apresentar conflitos em seu interior na forma de brigas regionais. As tensões políticas durante a década de 1920 e a crise econômica propiciaram o surgimento de uma oposição difusa formada pelas classes médias de todos os centros urbanos, pelos militares e algumas classes dominantes regionais. Com a vitória da revolução instala-se um “Estado de Compromisso”, marcado pela inexistência de oposições no interior da classe dominante e pelo controle das funções de governo por grupos sociais que não representam o domínio de alguns setores da economia e da sociedade (WEFORT *apud* FAUSTO, 2008, p.136). Esta é a solução para um vazio no poder, caracterizado pela falta de domínio de uma classe em relação às demais, simbolizando o caráter difuso do movimento e dos interesses ali defendidos.

Outro autor que analisou a Revolução de 1930 de forma crítica à visão dualista é Martins (1982). Para ele as contestações ao dualismo fazem parte de um quadro de modificação do entendimento da evolução do capitalismo na sua forma histórica, sendo compreendido que a consolidação da burguesia pode ocorrer de diversas maneiras. Martins integra novos elementos no debate sobre a crise política na década de 1920, como as “sequelas” da visão dualista e a crise interna na própria oligarquia.

Em crítica ao modelo dualista, o autor desfaz duas “sequelas” deixadas por tal interpretação. A primeira é a ideia de interdependência entre os processos de mudança social no plano agrário, urbano e industrial. No caso brasileiro esses processos se deram de maneira independentes, e a simultaneidade de tais mudanças na década de 1920 é mais fator de

convergência política do que de conflito, como sugere o modelo dualista. A segunda se refere à imagem de que o setor agrário era economicamente retrógrado, guardando características quase feudais. Este estereótipo é quebrado com a constatação de que os cafeicultores eram capazes de se estruturarem economicamente (contratação de mão-de-obra assalariada, construção de estradas de ferro, comercialização do café) e politicamente. A própria organização política da República Velha, baseada na economia cafeeira, e na política dos governadores, é uma prova da capacidade da oligarquia em inserir novos elementos políticos sem perda de dominação (MARTINS, 1982, p. 674).

É esta capacidade de se modernizar que abre espaço, no próprio interior da classe dominante, para movimentos de contestação. Como um ciclo, a estabilidade política garantida pela dominação em nível estadual abria espaço para que grupos “modernistas” implantassem mudanças a nível federal, guardando certos limites que garantissem a manutenção da estrutura latifundiária, limites estes facilmente impostos pela dominação local. Desta forma, a contestação do sistema oligárquico tem origem dentro da própria oligarquia, pois os anseios modernizantes vão fazer com que grupos da própria classe dominante se identifiquem com as reivindicações de setores urbanos. Estes tinham interesses sociais ligados a um maior espaço político. As novas elites urbanas, civil ou militar buscavam uma abertura política que possibilitasse a representação de seus interesses (Ibid., p. 675).

O sistema político começa a ruir no momento em que a oligarquia não se mostra capaz de atender aos anseios tanto dos setores urbanos quanto de estados eleitoralmente mais fracos. A legitimação do sistema oligárquico estava concentrada nas negociações entre as grandes oligarquias, o que deixava pouco ou nenhum espaço para a representação dos interesses dos setores urbanos, e alijava estados mais fracos politicamente. Os setores oligárquicos de oposição iniciam um processo de mobilização nacional, o que não era a prática de atuação política e fugia ao controle local do coronelismo, representando uma ameaça real ao sistema. E aí, a “revolução” se deu em forma de uma “comprovação de cacifes”, simbolizado pelo apelo às armas dos militares (Ibid., p. 677).

A Revolução de 1930 foi para Martins, uma negociação entre as elites, resultado de uma crise da “confederação oligárquica”, e não de sua hegemonia. Politicamente o que se verifica é uma mudança de elite dirigente, e não uma ruptura ou substituição de classe dominante, não sendo, portanto, um golpe da burguesia. Para ele a mudança estrutural só se consome no Estado Novo, com a aplicação de grupos técnicos e a burocratização do aparelho estatal, o que torna duvidoso o caráter liberal e democrático do movimento revolucionário. Do

ponto de vista econômico, é apenas em 1937 que se tem um aprofundamento da política industrial no país, não podendo-se apontar neste intervalo entre 1930 e aquele ano um aprofundamento do capitalismo industrial no Brasil e medidas deliberadamente voltadas para o fortalecimento da industrialização (Ibid., p. 679-680).

Diniz (1978) insere um novo ponto de vista ao debate, dando um destaque à burguesia, embora reconheça que esta não era uma classe hegemônica e tinha pouco peso econômico, apesar da existência já na década de 1920 de uma elite industrial coesa e forte que, mais tarde, se estabilizou no poder.

O argumento da autora parte da relação entre Estado e sociedade, adotado como arcabouço teórico em sua obra. Sobre esta relação há duas concepções concorrentes: uma tendo o Estado como representante das aspirações sociais, agindo como um agente dominador impondo os interesses de uma classe em relação às demais; a outra vê o Estado como agente autônomo e burocrático, sem estar necessariamente associado ao jogo de interesses de classes. A primeira concepção é descartada, pois cai em discussões polêmicas em torno de posição extremas a respeito de idealismo-materialismo e voluntarismo-determinismo. A segunda concepção é aceita principalmente para o estudo dos casos de capitalismo periférico e industrialização tardia, em que o Estado burocrático atua como núcleo dinâmico do desenvolvimento, condicionando o fortalecimento de uma burguesia dependente do aparelho estatal. Politicamente, não há uma substituição das classes dirigentes, mas sim uma reestruturação do ordenamento político (DINIZ, 1978, p. 25 e 26).

Tal leitura confere à burguesia *status* de classe não hegemônica e, conseqüentemente, uma posição de subordinação às classes dominantes. No entanto, ainda que a classe burguesa esteja nessa posição, não se pode excluir a possibilidade da existência de conflitos entre a burguesia e a classe dominante em busca de liderança daquela classe. Além disso, a ideia de complementaridade entre os setores industrial e dominante exclui um processo de diferenciação de interesses, no qual a burguesia definiria sua identidade própria. Estes pontos induzem a uma interpretação que indica continuidade através da mudança (modernização-conservadora), significando uma permanência constante das relações Estado-sociedade. Ainda, a caracterização da burguesia como um grupo passivo, incapaz de se organizar politicamente, está mais atrelada aos valores inerentes à própria classe do que à própria estrutura do Estado (Ibid. p, 27).

Esta segunda concepção da relação Estado-sociedade sempre cairá numa visão dicotômica entre os dois lados: Estado forte e sociedade fraca e desarticulada. A autora adotará um terceiro viés, mais neutro, onde a força do Estado não encobre a dinâmica social, tendo como ponto de partida de sua obra a existência de um setor empresarial que evolui sob a regência do Estado (Ibid., p. 31).

Nota-se que mesmo não eliminando o caráter secundário da burguesia industrial no arranjo social, ou seja, reconhecendo sua subordinação à classe dominante, não sendo, portanto uma classe hegemônica e totalmente coesa, Diniz não descarta a atuação efetiva da classe no episódio revolucionário e no período que se segue e sua briga por um espaço mais representativo.

Deste debate podemos localizar três pontos de convergência entre os diferentes pontos de vista expostos, de forma que os dois últimos podem ser vistos como derivações ou consequências do primeiro: 1) a oposição à leitura dualista, ou seja, a negação de que a Revolução de 1930 representa o processo histórico de evolução do capitalismo, significando, em última instância, que o episódio não foi um golpe da burguesia; 2) a Revolução de 1930 não representou ruptura em relação à dominação oligárquica, ou seja, foi uma troca entre frações de classe dominante; 3) a incipiência do setor industrial e sua associação às classes dominantes, o que, consequentemente, nega uma ação mais ativa classe industrial no movimento revolucionário.

Deste último ponto geram as divergências que nos interessam para o objetivo deste trabalho, que é sobre os ideais industrializantes. Fausto (2008) nega a intencionalidade de industrialização da Aliança Liberal partindo do fato de que as lideranças industriais não apoiavam a oposição. Martins (1982) argumenta que somente no Estado Novo há um aprofundamento das políticas industrializantes e do papel do Estado, e que no período que se segue imediatamente após a Revolução não houve políticas deliberadas a favor da industrialização. Por outro lado, Fonseca e Diniz defendem ideias favoráveis à intencionalidade de uma política industrializante no grupo revolucionário. Fonseca ressalta que a plataforma da Aliança Liberal falava em diversificação da economia em direção à industrialização do país. Diniz argumenta que a associação do empresariado à classe dominante e sua falta de representatividade política não exclui a existência de conflitos pelos seus interesses.

Analisando os documentos da plataforma da Aliança Liberal e o Manifesto da chapa, pode-se notar claramente a intencionalidade de se implantar medidas que aprofundem o processo industrializante no país. E os argumentos do Fonseca (2011) e Diniz (1978) de que o apoio das lideranças industriais à candidatura de Júlio Prestes, a incipiência do empresariado na economia e sua associação à classe dominante, não podem excluir qualquer tipo de interesse industrializante do grupo revolucionário, parece mais cabível e compatível com as políticas adotadas ao longo dos anos seguintes. É o que pretendemos mostrar no próximo capítulo.

II – O GOVERNO VARGAS E AS MUDANÇAS ESTRUTURAIS

Este capítulo tratará de mudanças estruturais implementadas por Vargas em âmbito político e econômico. Não trataremos aqui apenas do arranjo político e da política econômica propriamente dita, mas principalmente de amplas medidas que podem ser entendidas como fruto do caráter intervencionista de um Estado inspirado nas ideias nacionalistas e industrialistas (LEOPOLDI, 1999), mostrando que o governo Vargas instaurou profundas mudanças no quadro institucional brasileiro.

No plano político, os ideais corporativistas nortearam reformas que possibilitaram um remanejamento do poder entre as classes dominantes, esvaziando o poder dos grupos interessados na supremacia do setor externo, abrindo novos canais de comunicação entre diversos segmentos das elites e o Estado (DINIZ, 2004, p.43-44). No âmbito econômico as mudanças correspondem à criação de um ambiente institucional favorável à industrialização por meio da implantação de diversos órgãos, adoção de medidas econômicas que favoreciam as indústrias nacionais (FONSECA, 2003). O empresariado teve papel preponderante nas decisões econômicas durante o governo Vargas. A atuação desta classe simboliza as reformas implantadas no período, pois ganha força por meio do rearranjo das forças políticas, de uma nova relação Estado-sociedade, e de uma orientação ideológica favorável ao avanço da industrialização brasileira.

II.1- Mudanças Políticas

A Aliança Liberal, em seu Manifesto, define o sistema republicano como essencialmente liberal, e por isso, o surgimento de uma coligação de oposição com esta denominação significa que a República está abastada, necessitando, portanto, ser renovada nas fontes de suas doutrinas. Pode-se apontar que, de fato, o governo Vargas trouxe novas influências ideológicas.

Getúlio Vargas foi influenciado, desde cedo, pela ideologia positivista. Ainda menino presenciou a Revolução Federalista de 1893, que dividiu o Rio Grande do Sul em duas facções: os “chimangos”, defensores da república presidencialista e marcadamente positivistas, liderados por Júlio de Castilhos; e os “maragatos” ou federalistas, descendentes do Partido Liberal do Império e defensores do parlamentarismo, liderados por Gaspar Silveira

Martins. O debate entre os dois grupos representava notadamente uma conotação ideológica entre positivismo e liberalismo e marcaria o cenário político do estado (FONSECA, 2004).

Quando jovem, Vargas ingressou na carreira jurídica, integrando-se ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), de ideologia positivista. Ainda em sua vida acadêmica é possível reconhecer que defendia princípios que mais tarde, já como chefe de Estado, perseguiria. Em exames arquivados pela Faculdade de Direito da UFRGS Vargas tece críticas ao liberalismo econômico e ao socialismo ao afirmar que o individualismo doutrinário do liberalismo não é capaz de resolver o desequilíbrio econômico nem o estado deplorável em que se encontram as classes e que o socialismo é a miséria humana nas sociedades modernas (FONSECA, 2004, p.173). É possível notar também clara defesa ao intervencionismo estatal ao afirmar que indivíduos e Estado devem ser aliados, devendo este ser garantidor dos direitos individuais, e que a intervenção estatal deveria ser aceita caso necessária. Em outra passagem nota-se menção ao pensamento corporativista ao dizer que o Estado deve proteger ou facilitar a tendência associativa e as sociedades cooperativas dos operários como resistência ao capital (Ibid., p.174-175).

O intervencionismo estatal não era defendido apenas no campo social, mas também no plano econômico. O debate entre positivismo e liberalismo, ou entre “chimangos” e “maragatos”, ganhava a arena política. O PRR de Getúlio defendia a diversificação econômica, a nacionalização de empresas que fossem de interesse social e a organização dos trabalhadores como forma de proteção às instabilidades do mercado. Já a oposição, de caráter liberal, defendia a especialização do estado gaúcho no setor pecuário e a produção de charque com base na teoria das vantagens comparativas. É importante lembrar aqui que tais ideias podem ser associadas, como vimos, a diversos pontos da Plataforma e do Manifesto da Aliança Liberal, como, por exemplo, a intenção de desenvolver o setor industrial como forma de diversificação da produção e economia brasileira e a defesa da criação de uma indústria siderúrgica nacional.

Em 1919, em debate na Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, Vargas discursa em tom crítico a um membro da oposição:

... está filiado à velha teoria econômica do “*laissez-faire*” teoria essa que pretende atribuir unicamente à iniciativa particular o desenvolvimento econômico industrial de qualquer país [...] em linha de conta, que nos países novos, como o nosso, onde a iniciativa é escassa e os capitães ainda não tomaram o incremento preciso, a intervenção do governo em tais serviços é uma necessidade real. (FONSECA, 2004, p.178)

Para Fonseca (2004) todos esses pensamentos caracterizam um “núcleo duro” da formação intelectual de Vargas e impressionam ao se afastar do pensamento dominante da época de cunho agrarista, oligárquico e economicamente liberal. Ainda que durante sua trajetória tenha mudado alguns aspectos de suas convicções ideológicas, aproximando-se até de ideais trabalhistas do pós-Segunda Guerra, certos valores continuaram presentes, como o intervencionismo estatal e a organização dos trabalhadores. A preocupação apresentada na Plataforma da Aliança Liberal com os direitos dos proletários, representada na proposta de criação de um Código dos Trabalhadores, pode simbolizar um intervencionismo estatal em defesa dos direitos individuais, valores que caracterizam o viés ideológico de Vargas. Em um discurso, já como chefe de Estado no início da década de 1930, ele defende a intervenção estatal no plano econômico ao afirmar que:

Na época em que os fins sociais são preponderantemente econômicos, em que, se organiza de maneira científica a produção e o pragmatismo industrial é levado a limites extremos, assinala-se a função do Estado, antes, e acima de tudo, como elemento coordenador desses múltiplos esforços, devendo sofrer, por isso, modificações decisivas. (CARRARO; FONSECA, 2003, pp.11-12)

A intervenção estatal defendida por Vargas não estava presente apenas nos ideais do positivismo. Outras ideologias que influenciavam a produção intelectual brasileira nos anos de 1930 também eram adeptas desta ideia e se afastavam do estado liberal.

Diniz (1978) aponta o pensamento autoritário, tema de grande parte da produção intelectual do início dos anos de 1930, como motivador de alguns pontos de ruptura com os arranjos institucionais existentes até então. Uma primeira motivação tem origem no esforço de se pensar a instabilidade interna como vinculações com os dilemas das sociedades modernas, sugerindo-se uma reformulação política e social, isto é, há um descasamento entre as instituições políticas existentes e as condições reais do país, surgindo aí a necessidade de um novo Estado. Tal pensamento provém de uma crise do Estado Liberal, que já não era eficaz no ordenamento social derivado da produção em massa e do rompimento com a ideologia individualista. Impõe-se a uma nova organização baseada no papel do Estado como defensor do interesse geral da nação (DINIZ, 1978, p.89).

Há uma expansão das funções do Estado em direção à subordinação dos interesses individuais aos coletivos. No entanto, sua ação deveria ser um limitador às iniciativas individuais e privadas, agindo principalmente como regulador, sobretudo na esfera

econômica, onde a produção deveria ser de domínio privado. “*Defende-se, enfim, a intervenção do Estado na economia como regulador, mas não como produtor*” (Ibid., p.92). Freitas Filho e Cury (2004, p.18) mostram que os empresários industriais, de caráter liberal, consideravam que o Estado deveria se restringir a criar condições para fortalecer a indústria, e não ser um concorrente. Pode-se apontar como proposta que vai ao encontro dessas ideias o combate aos impostos de circulação de produtos no mercado interno, reivindicação constante dos industriais do Rio de Janeiro, alegando a tributação como um obstáculo à instalação de novas unidades fabris no Distrito Federal (Ibid., p.20-21).

Uma segunda motivação do pensamento autoritário que levou ao rompimento com a Primeira República é a ideia do nacionalismo. Ela está fortemente baseada na afirmação econômica e política da nação, isto significa superação do atraso econômico e fortalecimento do Estado. A industrialização seria o caminho pelo qual o país atingiria tais objetivos. O nacionalismo traz também a defesa do princípio da soberania nacional, ou seja, a não intervenção de países estrangeiros em assuntos internos e independência da política externa no sentido de buscar melhores condições de negociações com o exterior. Esta posição não exclui ou visa restringir a participação do capital externo na expansão econômica do país, pelo contrário, este é visto como fator importante no desenvolvimento da indústria nacional (DINIZ, 1978, p.94). O nacionalismo se fará presente nas mudanças econômicas, que exploraremos mais adiante.

Vimos, então, que as ideologias que norteavam o pensamento de Vargas, de seu partido e que foram concretizadas em várias medidas na plataforma política da Aliança Liberal, apontam para o intervencionismo estatal. Veremos agora algumas das principais mudanças administrativas que sugerem a ampliação das funções estatais.

Para dar suporte à expansão da atuação estatal o governo criou, entre 1930 e 1937, um corpo técnico burocrático que, a partir de 1938, seria administrado pelo Departamento de Administração do Serviço Público, o DASP, responsável inclusive por recrutar por meio de concurso público os servidores (LEOPOLDI, 1999, p. 116).

A primeira medida intervencionista e centralizadora foi a criação do Sistema de Interventorias, ainda em 1930. Tratava-se de uma subordinação do poder Executivo estadual ao governo central (DINIZ, 2004, p.43). Neste sistema o próprio presidente nomeava um interventor para cada estado da federação de forma a monitorar a política local. Em agosto de 1931 entrou em vigor o Código dos Interventores que restringia a ação dos Presidentes dos

estados. Entre as normas previstas estava a proibição da contratação de empréstimos externos sem autorização do governo federal, o impedimento de gastar mais de 10% da despesa total do estado com a polícia militar local, que também não poderia ser dotada de artilharias e aviação ou armadas em proporção superior ao exército (PANDOLFI, 2006, p.18 e 19).

Com o Estado Novo, a política de intervenção do governo nas decisões econômicas e setoriais se intensifica e são criados diversos conselhos e comissões, como por exemplo: Conselho Nacional do Petróleo, em 1938; Conselho de Água e Energia, em 1939; Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional e Comissão de Defesa Nacional, em 1940; Comissão de Combustíveis e Lubrificantes e Conselho Nacional de Ferrovias, em 1941; Comissão do Vale do Rio Doce, em 1942; Comissão de Financiamento da Produção, em 1943; Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial e Comissão de Planejamento Econômico, em 1944 (FONSECA, 2003, p. 144).

Contudo, a maior reforma do governo Vargas foi a instituição do sindicalismo no Brasil. A implantação dos sindicatos foi inspirada na doutrina corporativista, que ganhava força no início do século XX como solução ao problema da luta de classe no capitalismo e no socialismo. No corporativismo o Estado seria o organizador e mediador dos conflitos, mantendo a hierarquia, mas promovendo um equilíbrio social. Para tanto, a sociedade deveria ser organizada por setores de produção, reunindo os grupos que lutariam pelos mesmos interesses (D'ARAÚJO, 2006, p. 217 e 2018).

Em 1931 foi instituído decreto que implantava o modelo de sindicato único, isto é, apenas um sindicato por categoria profissional. Embora a sindicalização não fosse obrigatória, apenas os associados poderiam gozar de certos direitos trabalhistas concedidos pelo Estado. Isto era uma forma do governo forçar a associação dos trabalhadores aos respectivos sindicatos. Para mediar as negociações entre patrões e empregados foram criadas as Juntas de Conciliação e Julgamento. Tais medidas afastaram algumas lideranças operárias antigas interessadas no modelo de sindicato independente, abrindo espaço para lideranças simpáticas ao governo que compartilhassem das ideias corporativistas (PANDOLFI, 2006, p. 20).

A estrutura corporativa seria formada por um único sindicato por categoria profissional em nível municipal, reunidos em uma federação estadual e, em última instância, em confederações nacionais, tendo o Ministério do Trabalho como regulador de toda a rede (D'ARAÚJO, 2006, p. 220). Para Leopoldi (1999, p. 118) o sonho da Constituição de 1937 seria a substituição do Congresso por um grande conselho formado por representantes

corporativos. Segundo a autora, apenas a indústria conseguiu formar uma estrutura nos três níveis federativos. Freitas Filho e Cury (2004) revelam que a indústria, a agricultura e a infraestrutura eram setores que contavam com uma representação bem estruturada desde o início do século XX, por meio das quais lutavam por seus interesses e propunham diretrizes para as políticas setoriais. Em estudo mais atento ao caso dos industriais, os autores mostram que eles se adaptaram à legislação sindical e tiveram papel importante na condução e implementação de medidas protecionistas em favor da indústria nacional.

A estrutura corporativista foi grande responsável por abrir novos canais de comunicação e estabelecer uma nova relação Estado-sociedade. O poder se desconcentrou das mãos das classes dominantes do café, abrindo espaço para o setor empresário, por exemplo. O empresariado industrial foi bastante atuante na condução da política econômica durante o governo Vargas.

A ideologia nacionalista, por sua vez, guarda forte relação com os valores industrializantes a medida que este é o caminho para o fortalecimento da nação. Para os industriais da época a relação entre nacionalismo e desenvolvimento industrial surge na experiência histórica que revela a riqueza dos países industrializados e a pobreza dos países agrícolas (Ibid., p.101-102). No bojo da fusão entre o nacionalismo e as ideias industrializantes, ganham força dentro do setor industrial reivindicações e princípios de caráter econômico em defesa da indústria brasileira (Ibid., p.99).

Ao tratar, em seguida, das mudanças econômicas, veremos como o setor empresarial atuou de forma ativa na defesa de seus interesses.

II.2 - Mudanças Econômicas

O caráter intervencionista do Estado alterou a dinâmica da economia brasileira. Em busca de uma pauta de produção diversificada, que se afastava do modelo agroexportador, a indústria avançou e a preponderância do setor agrário diminuiu.

Analisando o papel do governo Vargas nesta nova dinâmica da economia brasileira em uma perspectiva teórico-econômica, Fonseca e Carraro (2003) o inserem dentro da ótica schumpeteriana como um “Estado Inovador”. Para entender a posição dos autores é preciso resgatar, brevemente, a lógica do desenvolvimento econômico para Schumpeter. Ele parte de

um fluxo circular da economia, que uma vez em ponto de equilíbrio, não oferece razão para que os agentes econômicos se desviem dele. Assim, a economia segue funcionando da mesma forma incessantemente. Porém, Schumpeter vislumbrou a existência da atividade do empreendedor, que introduz uma inovação no mercado, obtendo um lucro extraordinário, saindo do fluxo circular. Esse lucro passa a ser perseguido por outros agentes que também se deslocam. Configura-se então o rompimento com o fluxo circular. É o constante movimento de deslocamento do ponto de equilíbrio que caracteriza o desenvolvimento econômico. É do processo de “destruição criadora”, *“destruindo incessantemente o antigo e criando elementos novos (...) que se constitui o capitalismo”* (SCHUMPETER *apud* FONSECA; CARRARO, 2003, p.7).

No entanto, para que esse movimento seja dinâmico e constante, Schumpeter eliminou a figura do empresário inovador, para dar lugar a um quadro institucional responsável por um ambiente favorável ao surgimento de inovações, a chamada “economia schumpeteriana” (FONSECA; CARRARO, 2003, p.7). É exercendo esse papel que o Estado surge na teoria de Schumpeter, como um agente que organiza a produção em busca de novos insumos e métodos de forma impessoal e racional (Ibid., p.8). Tudo sugere que o governo Vargas tenha exercido este papel.

A economia cafeeira representaria o fluxo circular no modelo schumpeteriano. Diante da crise, as medidas adotadas para recuperação da economia que sustentavam o café no curto prazo (por meio da compra de estoques), mas o desestimulava no longo prazo (pela taxaço à exportação e a cada novo cafeeiro plantado) (PELÁEZ *apud* FONSECA; CARRARO, 2003, p.9) representa o rompimento com o fluxo circular. Isso afastou os interesses do setor agrário, atraindo novos grupos a partir de um projeto industrializante voltado para o mercado interno (Ibid., p.9).

Sob o prisma teórico de Schumpeter podemos avaliar a criação de diversos departamentos, órgãos e regulamentos favoráveis à industrialização como a atuação de um “Estado inovador”. Com respeito ao setor agrícola foi criado em 1931 o Conselho Nacional do Café formado por delegados dos estados produtores, visando a retirada do controle da política cafeeira dos produtores paulistas, e em 1933 o Departamento Nacional do Café, com diretores nomeados diretamente pelo Ministro da Fazenda. Em 1932, o Instituto do Cacau, em 1933 o Instituto do Açúcar e do Alcool (PANDOLFI, 2006, p. 20 e 21). Com o Estado Novo se intensifica o processo de criação de muitos órgãos, em sua maioria, ligados diretamente à indústria, como a Fábrica Nacional de Motores em 1940; a Companhia Siderúrgica Nacional,

em 1941; a Companhia Vale do Rio Doce, em 1942; e no ano seguinte a Companhia Nacional de Álcalis e o Serviço Social da Indústria, o SESI (FONSECA, 2003, p.144).

Outro ponto importante ressaltado por Schumpeter é o crédito como ferramenta fundamental da economia, pois permite a realização de investimentos e o emprego de capital em inovações tecnológicas e novos métodos de produção. Em 1937 cria-se a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, simbolizando a institucionalização da política de expansão do crédito voltada especificamente para o setor industrial (Ibid., p.142). No entanto, cabe agora ressaltar, que esta era uma reivindicação antiga do setor industrial, sendo apontado, já em 1930 por Roberto Simonsen, um dos líderes do setor industrial, como um dos entraves ao desenvolvimento da industrialização no país.

Não apenas o crédito foi uma reivindicação das lideranças industriais brasileiras, mas diversos interesses marcaram a forte atuação do empresariado ao longo do período do governo Vargas. De forma geral o protecionismo, o rompimento com a divisão internacional do trabalho, ou seja, o abandono do modelo primário-exportador e a busca por melhores condições nos acordos de comerciais com o exterior e nos pedidos de financiamento externo, e a vinculação da exportação aos interesses nacionais, condicionando a exportação de matérias-primas às necessidades da produção interna, configuraram reivindicações do empresariado (DINIZ, 1978, p.100).

Outra reivindicação levantada pelos industriais era a defesa das riquezas naturais do subsolo brasileiro e do potencial hidráulico do país contra as empresas estrangeiras (Ibid., p.100). Em relação a essa questão, o governo Vargas criou órgãos e códigos que fomentavam o desenvolvimento da exploração destes recursos e limitava a propriedade privada frente à estatal e também a apropriação de estrangeiros ante proprietários nacionais. Em 1933 foi criado, junto ao Ministério da Agricultura, o Instituto de Tecnologia vinculado à Diretoria Geral de Pesquisas Científicas. Foram previstas, ainda, a criação das diretorias de Minas e de Águas além de três centros de pesquisa voltados à exploração mineral: Instituto Geológico e Mineralógico, Laboratório Central de Indústria Mineral e Escola Nacional de Química. Em 1934 foram criados os Códigos de Minas e de Águas (FONSECA, 2003, p. 142 e 143).

Com o objetivo de explanar o papel ativo do empresariado na condução da política econômica de forma favorável à industrialização, Diniz (1978) detalha três reivindicações das lideranças empresariais levadas ao governo por meio dos principais órgãos estatais: a

campanha protecionista, a campanha contra o livre comércio, e também as pressões pela institucionalização do crédito ao setor industrial.

Durante a década de 1930 é encampada pelos empresários industriais uma campanha protecionista que propunha, de forma geral, a taxação de produtos importados que tivessem similares nacionais e liberação da importação de matérias-primas e equipamentos necessários à expansão do parque industrial (DINIZ, 1978, p.100).

Durante a República Velha as demandas de cunho protecionista dos industriais eram, principalmente, o controle das tarifas aduaneiras. No entanto, tais reivindicações eram feitas de forma individualizada, ou seja, cada ramo do setor industrial solicitava a adoção de medidas que o favoreciam, não havendo uma ação coletiva ou demandas que procurassem atender toda a indústria. A ausência de uma ação conjunta tinha dois significados: a falta de coesão da classe e o não enfrentamento do setor industrial com os proprietários rurais, preservando, assim, certa aliança, criada muito em função da dependência dos industriais em relação aos latifundiários, como visto no capítulo anterior (Ibid., p.117-118). Mesmo com esforço da liderança industrial para que se construísse uma orientação própria, seus discursos eram sempre limitados à manutenção da imagem do empresariado junto às lideranças agrárias (Ibid., p.121).

Ainda assim, a partir de meados da década de 1920 é possível reconhecer um esforço do setor industrial para uma posição mais independente e global, na defesa de uma reformulação da política tarifária e de uma reforma aduaneira. Em discurso no Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – CIESP em 1928, Roberto Simonsen caracteriza a política protecionista voltada para o desenvolvimento industrial como aquela que desonera as matérias-primas, pouco incide sobre os produtos semi-manufaturados e recai sobre os manufaturados (Ibid., p.119). Neste período, até o início da década de 1930, seus discursos eram focados em desmitificar a oposição anti-industrial de que apenas as indústrias naturais, isto é, aquelas que não são dependentes de importação de matéria-prima, deveriam ser estimuladas. Este argumento significava um impeditivo na diversificação industrial (Ibid., p.120). Em 1937, em parecer apresentado no Conselho Federal de Comércio Exterior – CFCE, condenou a liberdade de importação e a não formulação de um programa de expansão econômica. Em 1943, em encaminhamento ao Ministro Souza Costa, reafirma a importância do protecionismo, sobretudo, no então período de pós-guerra, como forma de impedir a retração do surto industrial (Ibid., p.120-121).

Apesar de discursar em favor de uma política tarifária vantajosa para a expansão da indústria, o setor industrial não chegou a formular um programa com medidas concretas. E mesmo que as lideranças industriais ganhassem espaço político e lutassem por uma política tarifária para todo o setor, dando sinais de uma classe mais coesa, na prática, as demandas chegavam ao governo ainda de forma individualizada, com cada produtor reivindicando medidas favoráveis ao seu nicho de mercado (Ibid., p.123).

O governo adotou uma série de medidas favoráveis à indústria, não por meio de política tarifária como queriam os industriais, mas por meio de política monetária e, principalmente cambial, além de algumas medidas pontuais como o Decreto nº 19.739 de 7 de março de 1931, que proibia a importação de máquinas e equipamentos para a indústria manufatureira, o que amenizaria os efeitos da crise de superprodução. Inicialmente válido por três anos, o decreto foi prorrogado por igual período por reivindicação empresarial, vigorando até 1937 (FONSECA, 2003, p.141). Estas medidas juntamente com o controle cambial, reduziram o volume global de importações além de alterarem sua composição, aumentando o ingresso de metais, máquinas e combustíveis em detrimento de bens de consumo (DINIZ, 1978, p.123).

Outra medida tomada pelo governo como forma de incentivo à indústria foi o tratado de comércio com os Estados Unidos, assinado em fevereiro de 1935, em que os americanos privilegiariam os itens brasileiros de exportação (café, cacau e borracha) em troca de redução no valor das importações de artigos industrializados, equipamentos e aço (FONSECA, 2003, p.142). O acordo, baseado no princípio da reciprocidade, foi alvo da luta dos industriais contra o livre comércio, sendo um grande momento para eles na busca de uma nova orientação econômica em relação à política externa.

Os industriais, defensores de práticas protecionistas, argumentavam que a política externa deveria ser feita de dentro para fora, ou seja, o Brasil deveria se orientar com base na própria realidade, e não seguir um modelo de comércio exterior que não era ajustado à nossa realidade mas, sim, adequado aos países desenvolvidos. Desta maneira, os industriais se esforçaram para impedir a tramitação do acordo no Congresso, uma vez que, após assinado, a casa legislativa deveria aprová-lo (DINIZ, 1978, p.127).

Entre os favoráveis ao tratado comercial, alguns deputados argumentavam contra as práticas protecionistas ressaltando a condição essencialmente agrícola do país e, portanto, a necessidade de o Brasil fazer algumas concessões aos Estados Unidos, se enquadrando no

sistema internacional de “economias complementares”. Entre as figuras de mais importância no governo, Oswaldo Aranha seria um dos principais defensores do tratado, afirmando o dinamismo do comércio internacional com um país em estágio avançado de desenvolvimento como os Estados Unidos era um fator básico à expansão econômica do país. O presidente Vargas manifestaria uma opinião semelhante argumentando, em Agosto de 1935, que o protecionismo proposto pelos industriais asfixiaria o comércio externo do país se levado à prática, e que não empenharia esforços em apressar a aprovação do tratado pelo Congresso (Ibid., p.128-129)

A pressão do setor industrial, que incluiu um alarde feito na imprensa em torno da aprovação do acordo, fez com que sua tramitação ficasse paralisada de Maio a Setembro de 1935. Tal morosidade na condução da aprovação do tratado e uma pressão externa por parte do governo americano, o poder Executivo exigiu o pronunciamento da Câmara, fazendo com que Vargas interferisse no debate dentro da casa legislativa, favorecendo a aprovação do projeto em Setembro pela Câmara e em Novembro pelo Senado (Ibid., p.131).

Apesar da atuação ativa na luta contra o livre comércio a lideranças industriais foram derrotadas, não conseguindo o veto ao tratado, nem sequer introduzir modificações nas cláusulas contratuais. Entretanto, tal episódio deu sinais de uma força política do setor, que conseguiu grande mobilização política e até mesmo de meios externos à burocracia estatal, como a imprensa, por exemplo.

Se tanto na campanha protecionista ou na luta contra o livre comércio o setor industrial não teve suas reivindicações atendidas, na pressão pela institucionalização do crédito industrial o destino foi diferente, resultando na criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial – CREA no Banco do Brasil.

A ausência de um mecanismo creditício e a insuficiência de tais recursos eram críticas centrais muito enfatizadas pelo empresariado industrial. Tanto a implantação de grandes unidades produtivas quanto a expansão das existentes eram financiadas por recursos próprios ou oriundos de financiamento externo. Assim, a escassez de tais recursos limitava o avanço do processo de industrialização. Já em 1930, Simonsen aponta a falta de um sistema de crédito como um entrave ao desenvolvimento econômico do país (Ibid., p.134).

O sistema financeiro era pouco sofisticado organizado em torno de bancos comerciais, que operavam com passivo composto por depósitos de curto prazo e ativos de créditos

comerciais, o que era inadequado ao financiamento de projetos a longo prazo, condizentes com o processo de industrialização (SILVA, 2007, p.127). Com o intuito de estabelecer uma regulação prudencial do sistema bancário, em dezembro 1930 o Estado instituiu a Carteira de Redesconto – CARED, e em junho de 1932 e a Caixa de Mobilização Bancária – CAMOB, ambas inseridas na estrutura do Banco do Brasil. A CARED oferecia um suporte financeiro às instituições com problemas de insolvência ou insuficiência de liquidez e a CAMOB operava os depósitos compulsórios, evitando exposição excessiva os riscos de crédito e de liquidez. Tais medidas constituíram melhores condições para o cumprimento das obrigações assumidas pelos bancos e restringiam os riscos de insolvência, a partir da fixação dos depósitos compulsórios como percentual dos depósitos à vista e da garantia do redesconto. (Ibid., p.128-129).

Apesar da maior regulação do setor bancário ter contribuído para uma expansão do crédito, as operações ainda não eram direcionadas para a indústria. Em 1937 a Carteira de Crédito do Banco do Brasil é criada, mas o fato de limitar-se apenas à aquisição de matéria-prima, à reforma e à melhoria da maquinaria deixou o empresariado inquieto. Inicialmente a Carteira de Crédito não tinha autorização para financiar a instalação de novas unidades industriais. Mais tarde esse impedimento foi suspenso. Nos anos seguintes, em relatórios encaminhados ao CFCE em 1941, a criação da CREAM foi vista como útil, porém insuficiente para apoiar o surto industrial de maneira significativa. Já em relatórios enviados à Missão Cooke, em 1942, a crítica foi mais além, pois o montante e o tipo de empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil estavam muito aquém das necessidades do setor industrial em virtude das limitações que o banco sofria quanto aos objetivos e tipos de indústrias que poderiam captar recursos (Ibid., p.139). Silva (2007, pp.139-140) mostra que a CREAM foi direcionada preponderantemente para o setor agrícola. Entre 1938 e 1945 foram concedidos 13,5 bilhões de cruzeiros (a preços correntes de 1945) por meio da CREAM, dos quais 11,3 bilhões destinados ao setor rural.

Em verdade, o setor industrial reivindicava desde o início da década uma reforma bancária, mais especificamente a criação de um banco de investimento industrial que cuidasse do financiamento das indústrias para aquisição de máquinas, matéria-prima e expansão dos mercados e que fosse também intermediário entre as indústrias e o público. A ideia, constantemente levantada pelos industriais, foi ganhando força ao longo dos anos, e somente em 1942 ganhou espaço formal na esfera pública ao ser criada, por Vargas, uma comissão para estudar a questão dentro do DASP. A comissão deu parecer favorável à criação do banco

industrial com a ressalva de que novos impostos deveriam ser criados para a formação do capital necessário. A proposta foi rejeitada pelo Presidente e não foi concretizada. No entanto a questão continuou sendo constantemente debatida em congressos e dentro mesmo do aparelho estatal (Ibid., p.140).

O empresariado mostrou boa articulação na campanha pela institucionalização do crédito, pois conseguiu mobilização em torno da questão da criação de um banco de investimento. No entanto, a cúpula decisória do Estado esbarrava a burocracia e na própria incipiência do sistema financeiro. A falta de capital, baixa poupança interna e a dificuldade de integração do mercado interno eram entraves ao avanço de um aparato financeiro que sustentasse a indústria. (Ibid., 145-147).

Analisando as mudanças engendradas nos campos político e econômico em seu contexto histórico fica claro que o governo Vargas tinha uma diretriz voltada para o intervencionismo estatal. Contava, para isso, com uma nova coalizão política formada pela burocracia política e profissional, rompendo radicalmente com o modelo patrimonialista da administração pública durante a Primeira República (BRESSER-PEREIRA, 2009).

As convicções ideológicas do novo governo acarretaram, de forma geral, na reformulação do arranjo político e da política econômica a partir de 1930. Os ideais positivistas e corporativistas levaram ao enfraquecimento do poder econômico e político das classes agrárias dominantes, dando espaço para uma política econômica voltada para uma diversificação produtiva, afastando dos ideais liberais da República Velha que relegavam o país à sua vocação agrária e, principalmente, a grupos representantes do setor industrial, que teve voz ativa nesta nova fase. Apesar de nem sempre atingir seus plenos objetivos, nunca deixou de reclamar por eles junto ao governo.

O protecionismo oriundo da resposta do governo à crise internacional faz parte deste referencial que tem a industrialização como objetivo estratégico (LEOPOLDI, 1999, p. 121). É neste contexto que está inserido o programa de substituição de importações, matéria de discussão do próximo capítulo.

III – A POLÍTICA INDUSTRIAL NO GOVERNO VARGAS

Vimos no último capítulo que o Estado iniciou um movimento de ampliação de suas funções influenciado pelos ideais nacionalistas e desenvolvimentistas. Em âmbito econômico pode-se dizer que o centro dinâmico da economia brasileira se deslocou, saindo da economia cafeeira para o setor industrial. Este movimento é conhecido como Processo de Substituição de Importações, doravante, PSI. Neste capítulo iremos discutir diferentes visões a respeito deste processo e apresentar dados sobre o crescimento do setor industrial durante o governo Vargas.

III.1 – O Processo de Substituição de Importações

O que se denomina, em geral, por Processo de Substituição de Importações não é apenas a diminuição dos artigos importados em favor dos produtos produzidos internamente, mas sim um processo que torna o setor industrial o centro dinâmico da economia, principal responsável pelo crescimento econômico e determinação dos níveis de renda e de emprego (FONSECA, 2003, p. 2). Tavares (1979, p. 41) entende o conceito em sentido mais amplo para caracterizar o processo como ampliação e diversificação da capacidade produtiva industrial baseada em medidas de superação ao estrangulamento externo. Diniz (2004, p.43) ressalta ainda a necessidade de diferenciar industrialização de crescimento industrial, uma vez que neste a rápida expansão de algumas indústrias não provoca mudanças estruturais na economia, enquanto naquela a indústria passa a ser o setor líder da economia. Isto significa, que podemos afirmar que houve crescimento industrial no Brasil desde fins do século XIX até o fim da década de 1920, pois nesta época diversas indústrias se instalaram no país, no entanto, não houve industrialização, pois o centro dinâmico da economia era ainda o setor agroexportador, e grande parte destas indústrias estavam associadas a ele.

O modelo primário-exportador, que vigorava antes do PSI, era caracterizado pela grande dependência do setor externo e pela dualidade na divisão social do trabalho, decorrente da divisão internacional do trabalho. As exportações eram praticamente a única determinante da renda nacional e centro dinâmico da economia. Ainda que o efeito da riqueza do setor primário deflagrasse um processo de desenvolvimento urbano, o setor industrial daí surgido não era suficientemente avançado para gerar uma dinâmica própria. Já as importações eram responsáveis por atender quase a totalidade da cesta de consumo nacional, incluindo os bens de capital. A dualidade se apresenta na diferenciação entre os setores de produção externos e internos. Enquanto nos países desenvolvidos a especialização para o mercado

externo era dada por diferenciação de produtos, nos países periféricos havia um setor voltado para o exterior, caracterizado por uma alta rentabilidade econômica pautada na produção de poucos produtos, enquanto o setor de produção interno tinha baixa produtividade e rentabilidade atendendo uma pequena parcela da necessidade do mercado consumidor. Havia, então, nas economias periféricas uma disparidade entre a estrutura de produção e a demanda interna (TAVARES, p. 30-32).

A CEPAL defendia a “Teoria dos Choques Adversos” na qual o processo de industrialização seria iniciado a partir de uma crise do modelo agroexportador, uma vez que as políticas econômicas adotadas para superar a crise criaram um cenário favorável ao desenvolvimento do mercado interno: os preços relativos dos bens importados aumentaram, favorecendo a indústria nacional, pois para financiar o déficit em conta corrente e compensar a queda na arrecadação houve uma desvalorização da moeda na tentativa de aumentar as exportações e aumento das tarifas aos produtos importados; além disso, foi adotada uma política monetária expansionista para cobrir o déficit orçamentário, contribuindo para a queda da taxa de juros, cenário favorável ao investimento e, conseqüentemente, ao aumento da produção interna (FONSECA, 2003, pp. 2-3). De forma geral, a “Teoria dos Choques Adversos” entende a industrialização como um subproduto das políticas econômicas implantadas para saída da crise.

A passagem para o PSI, analisada no âmbito das variáveis econômicas, ganhou o argumento clássico de Celso Furtado, em sua consagrada obra “Formação Econômica do Brasil”. Para o autor, o governo deixou de recorrer ao crédito externo para financiar a compra dos estoques de café e passou a recorrer à expansão monetária, que elevava os meios de pagamento, mantendo a renda agregada e o nível de atividade no país, gerando demanda por artigos importados. A desvalorização da moeda reduzia e encarecia a importação, fazendo com que a poupança agregada gerada pelo não consumo dos importados proporcionasse a formação de um mercado consumidor para os produtos nacionais. Esse mecanismo corresponderia a uma política anticíclica aos moldes keynesianos antes mesmo de tais ideias serem difundidas pelo economista inglês. (DINIZ, 1978, p.52).

Antônio Castro separa fatores externos e internos que teriam exigido intervenção estatal durante a crise. Entre os fatores externos estariam a queda da receita de exportação e o bloqueio dos canais de financiamento; já os internos seriam o grande peso do café em toda a economia e a conseqüente impossibilidade de retrocesso do setor agroexportador (CASTRO *apud* DINIZ, 1978, p.54).

Para Tavares (1979) o Brasil concentrava condições de mercado internas e externas favoráveis à iniciação do PSI: o mercado interno já contava com produtores de bens de consumo duráveis, como manufaturados, e um grande mercado consumidor; quanto aos fatores externos, o preço do café no período pós 1ª Guerra Mundial e o aumento de sua demanda, além da entrada de capital ocioso por meio de empréstimos e financiamentos.

Fonseca (2003, p.10-13) argumenta que só o estrangulamento externo não é suficiente para a saída da crise por meio do mercado interno. É preciso ter algumas pré-condições, que no caso brasileiro foram o capital e o mercado interno, formados a partir da economia cafeeira. Sua expansão permitiu o surgimento de uma classe empresarial disposta a investir capital no mercado nacional, seja na produção de outros produtos primários ou em outros setores, como o comércio e a indústria. Este capital instalou ainda as máquinas e os equipamentos que no início da industrialização já estavam em funcionamento, passando a ser operados a plena capacidade. Citando Dean (Ibid., p.12), aponta que parte deste capital foi trazida com imigrantes, que também tiveram papel fundamental na ampliação do mercado de trabalho.

Suzigan (2000) aponta outras três interpretações alternativas ao PSI acerca do processo de industrialização. A primeira é a ótica da industrialização liderada pela expansão das exportações, que estabelece uma relação direta entre o crescimento das exportações com o desenvolvimento da indústria, significando que este último se deu em momentos de alta no setor exportador e houve retração do setor industrial em momentos de crise do setor externo. De fato autores clássicos como Tavares e Furtado apontam o crescimento do setor industrial em períodos de expansão das exportações, mas não o reconhecem como um processo abrangente de industrialização (Ibid., p.30-31), ou seja, apesar de crescimento das indústrias não houve alteração no centro dinâmico da economia, que continuou sendo o setor agroexportador. A segunda visão é a ótica do capitalismo tardio, uma revisão da doutrina cepalina clássica baseada no dualismo entre fatores externos e internos. Por esta visão, o capital industrial é visto como uma extensão do capital cafeeiro, ou seja, o maquinário utilizado na produção do café, as estradas, a infra-estrutura, o comércio de importação e exportação desenvolvidos em torno da economia cafeeira constituem o acúmulo de capital necessário à passagem de uma economia capitalista exportadora para uma economia industrial, encerrando o ciclo de evolução histórica do capitalismo. A relação entre o capital cafeeiro e o industrial é marcada por contradições que derivam da subordinação deste último ao primeiro, e do primeiro ao exterior. O capital cafeeiro possibilita a importação de máquinas

e equipamentos para o setor industrial bem como cria um mercado consumidor. No entanto é altamente dependente do mercado externo, limitando, assim, o setor industrial ao desempenho das exportações. A contradição baseia-se na dependência e na limitação que o capital cafeeiro impõe ao capital industrial (Ibid., p.35-37). A terceira visão é da industrialização intencionalmente promovida pelo governo, por meio de políticas protecionistas de proteção tarifária e incentivos e subsídios a setores industriais específicos (Ibid., p.41-42). Esta interpretação não parece excludente ao PSI, isto é, é possível admitir que tenha ocorrido políticas protecionistas às indústrias ou mesmo políticas macroeconômicas favoráveis à indústria concomitantemente ao PSI.

Tavares (1979) aponta algumas características e consequências da adoção do PSI. A autora aponta o caráter “parcial” do modelo, uma vez que as mudanças na estrutura produtiva não afetam o setor primário, limitando-se ao setor industrial e às atividades a ele relacionadas, preservando uma base exportadora precária e uma nova dualidade entre os setores. Outra característica reside na restrição aos mercados internos dos novos setores da economia, um caráter “fechado” deste modelo de produção, em que o centro dinâmico cresce voltado para dentro (TAVARES, 1979, p.34-35). Como consequências da adoção do PSI no Brasil, há três níveis de desequilíbrio: setorial, regional e social. O desequilíbrio setorial é uma consequência do caráter parcial do PSI, desenvolvendo o setor secundário e, em parte, o terciário, a partir da ampliação da capacidade produtiva e da produtividade, enquanto o setor primário permanece inalterado, embora tenha apresentado aumento da produção, não houve aumento de produtividade. No entanto, como veremos adiante o setor primário apresentou também mudanças em sua estrutura. O desequilíbrio regional é fruto da concentração econômica nos maiores centros econômicos do país, localizados no centro-sul do país, impulsionada por políticas de incentivo à atividade industrial. O desequilíbrio social está baseado na desigualdade de renda, fruto do próprio desequilíbrio setorial, pois surge da incapacidade do setor industrial em absorver a população economicamente ativa e atraída pelos centros urbanos. Baer (2002, p.61) mostra dados da distribuição da população economicamente ativa entre os setores primário, secundário e terciário. A distribuição em percentuais pouco mudou de 1920 para 1940. Em 1920 a distribuição para os setores primário, secundário e terciário era, respectivamente, 70%, 14% e 16%, enquanto em 1940 era 67%, 10% e 23%. Por tais dados pode-se inferir uma incapacidade do setor industrial de absorver a oferta de mão-de-obra, a manutenção dos mesmos moldes produtivos no setor primário e uma expansão do setor de serviços. Verifica-se uma dualidade entre um setor industrial desenvolvido que

emprega relativamente pouco e um setor primário subdesenvolvido com uma grande população trabalhadora, à margem do processo de desenvolvimento (Ibid., p.103-110).

Conceituado o PSI, visto como se deu a passagem do modelo primário-exportador para o modelo substitutivo de importações, caracterizado e visto as consequências desta mudança, vamos agora analisar o crescimento do setor industrial na Era Vargas.

III.2 – O Crescimento do Setor Industrial

Independentemente da posição adotada, é consenso entre os autores de que o setor industrial não surgiu apenas na década de 1930, já existindo na década anterior. Tavares (1979, p.59-60) afirma que nos anos da grande depressão o país já contava com um mercado interno amplo e uma estrutura industrial diversificada, fruto do desenvolvimento de um setor urbano dentro do modelo primário-exportador, dando lugar a indústrias “tradicionais” de bens de consumo não-duráveis, como bebidas, alimentos, roupas e mobiliários.

Dados de Villela, Silva, Suzigan e Santos (*apud* BAER, 2002, p.48), apresentados na tabela a seguir, corroboram estes argumentos. As indústrias de mineração e têxtil, por exemplo, já contavam com alto índice de produção industrial no início da década de 1920. A exceção da indústria mineradora, todas as demais verificaram tendência crescente ao longo da década. No total houve crescimento de 25,5% da sua produção entre 1920 e 1928.

Índice de produção industrial, 1920-29 (1929 = 100)

| | 1920 | 1921 | 1922 | 1923 | 1924 | 1925 | 1926 | 1927 | 1928 | 1929 |
|-----------------------------|-------------|-------------|-------------|--------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|--------------|
| TOTAL | 78,0 | 77,1 | 89,1 | 106,4 | 88,9 | 89,6 | 88,8 | 95,9 | 103,5 | 100,0 |
| Mineração | 126,8 | 99,8 | 108,4 | 94,2 | 81,3 | 93,6 | 95,8 | 85,7 | 104,7 | 100,0 |
| Transformação | 76,9 | 76,6 | 88,7 | 106,7 | 89,1 | 89,5 | 88,6 | 96,1 | 103,4 | 100,0 |
| Minerais não metal | 93,0 | 101,6 | 104,9 | 132,0 | 125,9 | 87,9 | 82,7 | 70,8 | 97,8 | 100,0 |
| Produtos Metalúrgicos | 43,7 | 46,2 | 47,5 | 59,7 | 51,7 | 62,7 | 56,1 | 53,1 | 78,0 | 100,0 |
| Produtos de Papel | - | - | - | - | - | - | 67,7 | 51,2 | 84,1 | 100,0 |
| Produtos de couro | - | - | - | - | - | - | - | - | 106,8 | 100,0 |
| Químicos e farmacêuticos | 55,5 | 52,1 | 58,7 | 79,4 | 82,8 | 87,8 | 96,8 | 105,1 | 108,8 | 100,0 |
| Perfumes, sabonetes e velas | 47,5 | 46,5 | 62,6 | 72,6 | 84,0 | 73,0 | 73,1 | 97,1 | 112,9 | 100,0 |
| Têxteis | 106,6 | 104,1 | 116,7 | 116,5 | 110,2 | 105,8 | 105,6 | 122,1 | 123,9 | 100,0 |
| Roupas e calçados | 61,7 | 55,0 | 63,6 | 65,6 | 77,8 | 76,2 | 72,9 | 86,6 | 95,5 | 100,0 |
| Produtos alimentícios | 63,2 | 66,7 | 86,2 | 77,8 | 79,2 | 86,7 | 88,3 | 90,2 | 93,4 | 100,0 |
| Bebidas | 64,2 | 63,2 | 73,2 | 76,1 | 70,0 | 75,5 | 81,0 | 92,6 | 96,4 | 100,0 |
| Produtos do fumo | 67,6 | 61,5 | 72,4 | 70,2 | 67,0 | 85,8 | 69,5 | 81,6 | 91,7 | 100,0 |

Fonte: VILLELA, SILVA, SUZIGA, SANTOS *apud* BAER, 2002, p.48

Suzigan (2000) tece um trabalho minucioso sobre o desenvolvimento da indústria de transformação desde o fim do século XIX até o fim da década de 1930, a partir de dados de

importação de máquinas e equipamentos industriais. De acordo com o autor, até o fim da década de 1920 a indústria apresentou tendência crescente, destacando-se dois períodos de grandes surtos de crescimento e que guardam certas características importantes: o primeiro período compreende o início do século XX até a Guerra Mundial, e o segundo inicia-se no pós-Guerra e corre pela década de 1920. O ponto em comum entre os dois períodos é a dependência do capital proveniente do setor agroexportador no que diz respeito à capacidade de importar máquinas e matérias-primas industriais e ao crescimento do mercado interno. E a diferença é a característica das indústrias instaladas e desenvolvidas. No primeiro as indústrias de transformação surgidas eram complementares ao setor agrário, atendendo à força de trabalho com bens de consumo duráveis como alimentos e vestimentas, ou mesmo à própria produção com ferramentas, equipamentos leves e embalagens. Já as indústrias que se desenvolveram posteriormente à Guerra Mundial marcam um início da diversificação da estrutura industrial, estando relacionadas ao crescimento da demanda por matérias-primas e bens intermediários, como cimento, ferro e aço, em virtude da escassez de vários produtos durante o período de combate.

Os primeiros anos da década de 1930 foram de retração econômica. O produto interno real apresentou queda de 5,3% entre 1929 e 1931 e produção total contraiu 26% no mesmo período. Já a renda real apresentou declínio de 28% entre 1929 e 1932 (HADDAD *apud* SUZIGAN, 2000, p.66). O impacto negativo nas exportações foi de US\$ 265,3 neste mesmo período. O preço do café em 1931 era menor do que a média registrada entre 1925 e 1929 e as relações de troca haviam caído pela metade (BAER, 2002, p.54).

No entanto, a plataforma industrial já instalada foi fundamental para a redução dos efeitos da crise e inicialização do PSI. A redução das exportações e, conseqüentemente, a escassez de divisas, limitava as importações de equipamentos para o setor industrial. Nos primeiros anos da década de 1930 houve ampliação da capacidade produtiva existente, possibilitando a substituição de bens antes importados (TAVARES, 1979, p.33). A partir de 1933 começa a intensificação do PSI, registrando um forte crescimento da atividade industrial com expansão da capacidade produtiva. Entre 1933 e 1936 a produção industrial cresceu na ordem de 10% ao ano e entre os três anos subsequentes 6%, dobrando a produção durante a década de 1930 (SUZIGAN, 2000, p.67). Considerando esses dados em um contexto de estagnação da capacidade de importar e redução do coeficiente de exportação, pode-se assinalar aí o aprofundamento do PSI. A tabela a seguir mostra um pequeno crescimento da produção industrial entre os anos de 1930 e 1932, fruto da ampliação da capacidade produtiva

das plantas industriais já instaladas; uma expressiva aceleração da expansão produtiva entre os anos de 1933 e 1936, decorrente do aprofundamento do PSI; e um crescimento da produção, em ritmo mais lento mas ainda bastante significativo, entre os anos de 1937 e 1939. Ao fim da década, a produção industrial havia dobrado em relação a 1929.

Índice de produção industrial, 1929-39 (1929 = 100)

| | 1929 | 1930 | 1931 | 1932 | 1933 | 1934 | 1935 | 1936 | 1937 | 1938 | 1939 |
|-----------------------------|--------------|-------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| TOTAL | 100,0 | 95,2 | 103,1 | 103,4 | 118,6 | 133,9 | 152,9 | 174,9 | 187,1 | 199,4 | 224,6 |
| Mineração | 100,0 | 91,1 | 85,8 | 82,3 | 86,2 | 85,0 | 96,3 | 104,5 | 128,3 | 140,1 | 137,7 |
| Transformação | 100,0 | 95,3 | 103,5 | 103,9 | 119,3 | 135,1 | 154,2 | 176,5 | 188,4 | 200,7 | 226,6 |
| Minerais não metal | 100,0 | 87,8 | 151,2 | 145,4 | 208,9 | 282,5 | 332,0 | 426,5 | 498,6 | 558,3 | 619,5 |
| Produtos Metalúrgicos | 100,0 | 81,9 | 71,9 | 90,2 | 130,5 | 155,3 | 172,2 | 202,0 | 225,3 | 274,1 | 397,7 |
| Produtos de Papel | 100,0 | 80,3 | 120,7 | 102,2 | 238,8 | 290,8 | 424,1 | 459,7 | 564,9 | 566,6 | 781,9 |
| Produtos de couro | 100,0 | 121,0 | 118,7 | 107,8 | 137,2 | 146,1 | 172,8 | 152,8 | 175,3 | 160,1 | 161,0 |
| Químicos e farmacêuticos | 100,0 | 100,3 | 66,4 | 73,4 | 82,7 | 79,2 | 105,0 | 113,2 | 133,6 | 138,3 | 151,2 |
| Perfumes, sabonetes e velas | 100,0 | 77,9 | 77,0 | 95,6 | 107,8 | 153,7 | 157,0 | 285,9 | 221,0 | 255,9 | 259,2 |
| Têxteis | 100,0 | 97,2 | 125,6 | 127,4 | 131,0 | 145,7 | 165,4 | 195,8 | 207,5 | 219,8 | 247,0 |
| Roupas e calçados | 100,0 | 70,8 | 75,0 | 67,3 | 71,2 | 74,6 | 94,7 | 110,9 | 121,0 | 113,8 | 124,8 |
| Produtos alimentícios | 100,0 | 107,9 | 102,3 | 99,3 | 111,6 | 116,9 | 128,6 | 132,4 | 120,9 | 125,5 | 124,9 |
| Bebidas | 100,0 | 83,5 | 70,3 | 76,3 | 79,8 | 81,7 | 97,3 | 107,7 | 110,4 | 110,5 | 129,6 |
| Produtos do fumo | 100,0 | 86,7 | 87,7 | 85,5 | 88,5 | 135,5 | 102,0 | 121,2 | 143,4 | 148,4 | 120,3 |

Fonte: VILLELA, SILVA, SUZIGA, SANTOS *apud* BAER, 2002, p.48

Laan, Cunha e Fonseca (2012) acreditam em uma industrialização intencionalmente promovida pelo Estado ao analisar a regulação do mercado cambial feita pelo governo entre 1931 e 1933 e suas consequências positivas para a importação de máquinas e equipamento e assim, expansão da capacidade produtiva. Os autores apresentam três decretos que possibilitavam maior controle do Estado sobre o mercado de câmbio: o primeiro, em setembro de 1931, estabeleceu regime de monopólio cambial ao Banco do Brasil, restringindo a venda de letras de exportação e transferências do estrangeiro à instituição e ordenando prioritariamente o uso das divisas; o segundo decreto, de outubro de 1933 obriga o registro no Banco do Brasil de qualquer operação financeira com agentes externos, o que internalizava a receita de exportações e quaisquer divisas que ingressassem no país; e, por fim, o terceiro decreto de novembro de 1933 punha fim ao padrão-ouro, adotando o “curso forçado” da moeda nacional, introduzindo o sistema monetário fiduciário, sem lastro, o que reduzia a vulnerabilidade da moeda nacional frente ao setor externo. Tais mecanismo, segundo os autores, permitiu uma canalização das divisas para a retomada das importações de máquinas e equipamentos para o setor industrial às taxas verificadas no período anterior à crise. Suzigan (*apud* LANN et alli., 2012) apresenta dados sobre as importações na indústria metal-mecânica

que mostram já em 1935 um nível de importação pouco superior ao verificado em 1929. O valor das importações na segunda metade da década de 1930 foi o equivalente a três vezes ao verificado nos primeiros cinco anos do período.

| Inversões na indústria metal-mecânica (1928-1939) | | | | | |
|---|-----------------------|------------------------|-----------|-----------------------|------------------------|
| Ano | Valores (mil-réis) | Índice (1929 = 100) | Ano | Valores (mil-réis) | Índice (1929 = 100) |
| 1928 | 181.367 | 95 | 1935 | 199.957 | 104 |
| 1929 | 191.679 | 100 | 1936 | 298.125 | 156 |
| 1930 | 190.191 | 99 | 1937 | 306.673 | 160 |
| 1931 | 55.461 | 29 | 1938 | 482.119 | 252 |
| 1932 | 30.989 | 16 | 1939 | 344.269 | 180 |
| 1933 | 109.437 | 57 | 1930-34 | 530.855 | |
| 1934 | 144.777 | 76 | 1935-1939 | 1.631.143 | |

Fonte: SUZIGAN *apud* LAAN; CUNHA; FONSECA, 2012

Leopoldi (2007) relaciona a taxa de crescimento da produção industrial com a variação do PIB e da importação de bens de capital. O período entre 1933 e 1936 ocorre um crescimento de 41% das importações para a indústria em relação ao quadriênio anterior, resultando em um aumento de 14% da produção industrial e, conseqüentemente, um incremento no PIB da ordem de 7,4%.

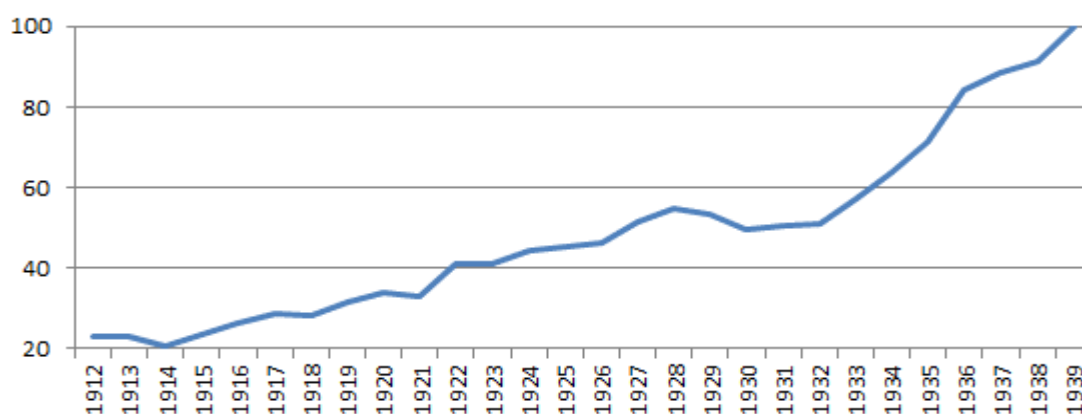
| TAXAS DE CRESCIMENTO: PRODUÇÃO INDUSTRIAL, PIB E IMPORTAÇÃO DE BENS DE CAPITAL PARA A INDÚSTRIA 1911- 1945 (%) | | | |
|---|---------------------|------|--|
| Ano | Produção Industrial | PIB | Importação de Bens de Capital para a Indústria |
| 1917-1919 | 3,6 | - | -14,8 |
| 1920-1922 | 6,2 | 3,2 | 12,3 |
| 1923-1926 | 0 | 1,3 | 14,0 |
| 1927-1928 | 8,0 | 12,4 | -7,2 |
| 1929-1932 | 0 | 0,3 | -31,7 |
| 1933-1936 | 14,1 | 7,4 | 41,0 |
| 1937-1941 | 8,3 | 4,5 | -5,5 |
| 1942-1945 | 4,3 | 1,8 | -1,1 |

Fonte: SUZIGAN *apud* LEOPOLDI, 2007, p.250

Com relação às características do setor industrial em desenvolvimento a partir do PSI na década de 1930, Suzigan (2000, pp.261-262) aponta o menor grau de dependência do setor

exportador, visto que a dependência em relação ao mercado interno por ele gerado era cada vez menor, embora ainda dependesse em relação à capacidade de importação; a diversificação da indústria de transformação, que não mais era complementar ao setor agrário, mas se voltava cada vez mais para a produção de bens intermediários, como aço, ferro e instrumentos metalmeccânicos, além de outros bens de consumo, como artefatos de borracha; e, por fim, a maior integração com o capital externo, que tornou possível a ampliação e desenvolvimento de algumas importantes indústrias, como de cimento e siderurgia. Abaixo, segue um gráfico que apresenta a evolução da indústria extrativa e de transformação. A produção industrial dobrou entre os anos de 1930 e 1939, sinalizando que não apenas a produção de bens acabados foi estimulada, mas também as indústrias intermediárias fornecedoras de insumos apresentaram um grande crescimento produtivo.

Índice Anual de Produção Industrial: Indústria extrativa e de transformação (base: 1939 = 100)



Fonte: <http://serieestatisticas.ibge.gov.br>

Uma destas indústrias foi a de cimento que, apesar de se instalar na década de 1920, se expandiu e se consolidou na década seguinte, chegando ao fim do período atendendo 95% do mercado interno, enquanto nas duas primeiras décadas do século XX quase todo o produto consumido era importado. Alguns fatores logísticos eram impeditivos à instalação de fábricas de cimento no Brasil, como a localização de depósitos de matéria-prima (calcário), em sua maioria no interior do país, os altos custos de transportes e dos combustíveis utilizados na produção, além da falta de incentivos à produção interna (SUZIGAN, 2000, pp. 264-265).

Em meados da década de 1920 a descoberta de jazidas de calcário próximas aos centros do Rio de Janeiro e São Paulo solucionou grande parte dos problemas impeditivos e atraiu investidores estrangeiros que instalaram duas fábricas no país. A primeira, de capital canadense, foi fundada em 1924 e iniciou a produção dois anos mais tarde. A segunda, de capital americano, fundada em 1929 começou a produzir em 1931. No início da década de 1930 a escassez do produto, o encarecimento do cimento importado em virtude da desvalorização cambial e incentivos e subsídios para a construção de novas fábricas serviram como incentivos ao crescimento desta indústria. Quatro outras fábricas foram abertas nesse período: duas de pequeno porte nos estados de Minas Gerais e Espírito Santos; uma grande fábrica da Votorantim em São Paulo, que passou a ser a maior produtora; e uma fábrica em Minas Gerais da Companhia de Cimento Portland Itaú, que na década seguinte construiu mais uma fábrica no mesmo estado e se tornou a maior produtora do país (Ibid., pp. 270-271).

A indústria de siderúrgica seguiu trajetória parecida, tendo se instalado na década de 1920 e se expandiu na década seguinte. Os problemas impeditivos à instalação da indústria siderúrgica no começo do século XX era a grande distância entre a matéria-prima concentrada em Minas Gerais, depósitos de carvão localizados na região Sul e mercados consumidores de São Paulo e Rio de Janeiro, além do alto custo de transporte e da falta de capital e proteção tarifária. Isso acarretava no mercado nacional totalmente abastecido com produtos importados, e uma produção irrelevante. No ano de 1913 do total de 548 mil toneladas de aço consumidas, 4 mil foram produzidas internamente (Ibid., p.280).

As restrições à importação derivadas da Guerra geraram uma grande escassez de ferro e aço no Brasil, levando o governo a incentivar a indústria siderúrgica por meio de créditos para instalação de pequenas usinas de ferro e aço a base de carvão vegetal, e não para grandes usinas a base de coque (Ibid., p. 280). Das muitas fábricas que tentaram se instalar por meio dos incentivos governamentais apenas três tiveram êxito na década de 1920: a Usina Queiróz Júnior, até então única produtora; a Companhia Belgo-Mineira; e a Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas (CBUM). Outras usinas se estabeleceram sem a ajuda do governo. Entre essas diversas usinas de pequeno porte e a Companhia Brasileira de mineração e Metalurgia (CBMM).

No início da década de 1930 as três principais siderurgias, Companhia Belgo-Mineira, CBUM e CBMM concentravam a produção de aço e de lingotes de aço, no entanto 95% do consumo interno de laminados era atendido por importações. A produção de ferro-gusa operada por sete empresas diferentes estava muito abaixo da plena capacidade de 280

toneladas por dia, atingindo apenas 21 mil toneladas no primeiro ano da década (Ibid., pp. 290-291). Durante esta década, sobretudo na segunda metade, aumentou-se o investimento e foram construídas sete novas usinas, entre elas a Monlevade, pertencente à Companhia Belgo-Mineira, que se tornava o maior complexo siderúrgico da América do Sul. Outras pequenas usinas se estabeleceram, além da expansão da CBUM. Em 1939 62% do ferro-gusa consumido, 96% dos lingotes de aço e 80% do aço laminado eram produzidos no país (Ibid., p.293). No entanto a autossuficiência em ferro e aço estava longe de acabar, pois três quartos do ferro-laminado ainda era importado. A formação de trustes e a oposição à exportação de minério, o que agravava a falta de capitais, impediam o avanço da siderurgia e a substituição do carvão vegetal, cada vez mais caro, pelo coque. Esses problemas só foram superados na década de 1940 com a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, a CSN (Ibid., pp. 293-294).

Em relação às indústrias produtoras de bens de consumo e artigos acabados, algumas também experimentaram grande evolução durante a década de 1930, embora não tenham chegado ao fim do período com autossuficiência, de forma que ainda dependiam muito de importação de matéria-prima ou mesmo a produção não era suficiente para atender à demanda do mercado interno.

A indústria de papel e celulose, por exemplo, desenvolveu-se durante a década de 1920, no entanto, a maior parte do consumo no início dos anos de 1930 era de produtos importados. Os maiores problemas enfrentados por essa indústria era o alto custo da importação de matéria-prima, a falta de máquinas modernas e a falta de supervisão técnica especializada na produção. Em 1932 o governo declarou intenção de prestar assistência ao desenvolvimento de fontes nacionais de pasta de madeira, o que se concretizou em decretos ao longo dos dois anos seguintes que estabeleciam incentivos à indústria na forma de isenção ou redução do imposto de importação para máquinas, acessórios, instrumentos e diversos outros materiais necessários à produção. Apesar do grande avanço da indústria de papel e celulose, ao final da década de 1930 a produção interna de papel ainda dependia muito da importação de pasta de madeira e era incapaz de suprir a demanda da indústria editorial, que consumia papel de imprensa importado (Ibid., 312-314).

A indústria de artefatos de borracha também foi muito beneficiada dos incentivos governamentais no início da década de 1930. Os benefícios consistiam em isenções de taxas alfandegárias e imposto de importação para instalação de fábricas de diversos setores, principalmente os produtores de câmaras de ar e pneus. O número de fábricas de artefatos de

borracha passou de quinze em 1928 para 159 em 1938. O maior progresso ocorreu na produção de artigos de uso domésticos, enquanto a produção de pneus e câmaras de ar ainda era muito pequena em relação à demanda. Este setor apresentou crescimento notável evolução durante e depois da Segunda Guerra Mundial, apresentando crescimento de 20% no período de 1942-1945 (Ibid., pp. 321-324).

Se o setor industrial apresentou uma grande evolução a partir da década de 1930, o setor primário também apresentou transformações. Villela e Suzigan (2001) apontam que a partir da Grande Depressão ocorreram algumas mudanças na estrutura da produção agrícola. O café perdeu espaço para outras culturas que acabariam ganhando espaço da pauta de exportações, como o algodão, ou mesmo produtos agrícolas voltados para o consumo no mercado interno, como arroz, feijão, mandioca e cana-de-açúcar. A tabela a seguir apresenta a participação do valor da produção das principais culturas. (VILLELA; SUZIGAN, 2001, pp. 189-191).

| Brasil - Valor da produção agrícola segundo as principais culturas, 1925/29-1939/43 | | | |
|---|----------------------------------|---------|---------|
| Produtos | Percentagens Médias dos Períodos | | |
| | 1925/29 | 1932/36 | 1939/43 |
| Algodão (em caroço) | 5,9 | 14,0 | 21,6 |
| Arroz | 5,2 | 6,7 | 11,0 |
| Cacau | 1,4 | 1,8 | 2,2 |
| Café | 48,0 | 29,5 | 16,1 |
| Cana-de-açúcar | 3,5 | 5,7 | 7,5 |
| Feijão | 5,4 | 3,8 | 5,5 |
| Fumo | 2,9 | 2,6 | 2,2 |
| Mandioca | 4,7 | 6,8 | 7,0 |
| Milho | 16,3 | 15,9 | 16,0 |
| Trigo | 0,9 | 0,8 | 1,3 |
| Outros | 5,8 | 12,4 | 9,6 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: VILLELA; SUZIGAN, 2001, p. 190.

Pode-se notar expressiva variação em dois produtos: o café e o algodão. Enquanto o café apresentou uma redução de 32 pontos percentuais do seu valor de produção em relação ao total do setor agrícola, o algodão aumentou em 16 pontos percentuais. A queda no valor de produção do café ainda foi compensada em parte pela cultura do arroz, da cana-de-açúcar e da mandioca, que também apresentaram variação positiva. O grande crescimento da produção de

algodão deveu-se ao avanço técnico e à cooperação bem sucedida entre o governo do Estado de São Paulo, a Bolsa de Mercadorias de São Paulo e os fazendeiros.

O Instituto Agrônomo de Campinas forneceu duas grandes contribuições favoráveis à ampliação da cultura do algodão provenientes da aceleração dos estudos a partir de 1923: a produção de fibras maiores e a seleção de sementes de alta qualidade e produtividade. Tais sementes começaram a ser distribuídas aos fazendeiros em 1931 pela Secretaria de Agricultura de São Paulo. Além disso o Instituto possibilitou a produção de fios mais longos a partir de 1933. Até então as fibras produzidas eram excessivamente curtas, e por isso, pouco aproveitadas nas indústrias nacionais e estrangeiras. Os fios que tinham comprimento entre 22 e 26 centímetros passaram a ser produzidos com pelo menos 28 centímetros a partir de 1933 (Ibid., pp. 205-206).

Simultaneamente às pesquisas desenvolvidas pelo Instituto Agrônomo de Campinas que geraram importantes avanços técnicos, a Bolsa de Mercadorias de São Paulo fazia a ligação entre os mercados nacionais e internacionais. Além de facilitar a etapa final da produção e a comercialização do produto por meio da classificação dos tipos de algodão, do registro de marcas para o comércio, de máquinas para empacotar e separar o algodão defeituoso, a Bolsa permitia também a troca de experiências entre o mercado nacional e o externo através da contratação de técnicos nacionais e estrangeiros para atuarem na administração do produto e também por meio do envio de técnicos brasileiros para os Estados Unidos para se aperfeiçoarem e estreitar relações com o mercado externo (Ibid., p. 206).

A tabela a seguir mostra o desempenho de produtos agrícolas na exportação brasileira. Nota-se uma queda contínua da participação do café no total exportado, e em contrapartida, um aumento substancial da exportação de algodão durante a década de 1930. Leopoldi (1999, pp.5-6) aponta um declínio na produção do café, que passou 1.634 milhares de toneladas produzidas em 1930 para 834 milhares de toneladas em 1945, tendo sua participação no total das exportações caído de 70% em 1925 para 39% em 1939. Enquanto isso, outros produtos como cacau e algodão ganhavam espaço na produção agrícola. No período de 1930 a 1945, a produção de cacau aumentou 75% e a de algodão aumentou cinco vezes.

| PARTICIPAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS NO TOTAL EXPORTADO 1929-1945 (%) | | | | | |
|--|------|-------|---------|---------------|--------|
| Períodos | Café | Cacau | Algodão | Couro e peles | Outros |
| 1924-1929 | 72,5 | 3,3 | 1,9 | 4,5 | 17,8 |
| 1930-1933 | 69,1 | 3,5 | 1,4 | 4,3 | 21,7 |
| 1934-1939 | 47,8 | 4,3 | 17,6 | 4,4 | 28,9 |
| 1940-1945 | 32,5 | 3,2 | 9,1 | 3,6 | 51,6 |

Fonte: VILLELA; SUZIGAN *apud* LEOPOLDI 2007.

Ao perceber um grande crescimento da produção de algodão simultaneamente uma expressiva queda na produção do café é justo imaginar uma transferência de capital entre as duas culturas. Villela e Suzigan (2001, p. 208) apontam três hipóteses testadas por Peláez (*apud* VILLELA; SUZIGAN, 2001) que sugerem de fato uma transferência de capital do café para o algodão: 1) a rigidez na transferência de terra deveria concluir uma expansão do algodão nas regiões produtoras de café; 2) documentações e registros que comprovem a transferência; e 3) após estimado o investimento no plantio do algodão e subtraí-lo da renda disponível dos cafeicultores, quanto menor o resultado maior o indício de transferência de capital.

Peláez encontrou elevado coeficiente de correlação entre a áreas cultivadas de algodão e café, indicando a transferência de terras entre as duas culturas. Em relação à segunda hipótese há registro de abandono de fazenda de café entre 1930 e 1945 e evidência documentária de destruição de plantações de café para destinar a terra a outras cultivos. A zona produtora de café tornou-se a melhor e maior produtora de algodão, indicando que esta cultura migrou das piores para as melhores terras, onde o café havia sido produzido. A área total de café diminuiu cerca de 415 mil hectares entre 1930 e 1939, enquanto a de algodão aumentou em 1.135 hectares. A tabela a seguir ilustra o percentual das áreas cultivadas das principais culturas. Enquanto a área cultivada do algodão aumentou 12 pontos percentuais, a café diminuiu 17 pontos percentuais. Quanto à terceira hipótese Peláez acredita que dados históricos de investimentos em plantações de algodão estejam subestimados, o que sugere pouca sobra de recursos aos cafeicultores após investirem nesta cultura.

| Brasil - Área cultivada segundo as principais culturas, 1931/32-1940/41 | | | |
|---|----------------------------------|---------|---------|
| Produtos | Percentagens Médias dos Períodos | | |
| | 1931/32 | 1937/38 | 1940/41 |
| Algodão | 6,5 | 16,9 | 18,7 |
| Arroz | 7,3 | 6,9 | 7,2 |
| Cacau | 1,5 | 1,3 | 1,8 |
| Café | 35,8 | 25,5 | 18,7 |
| Cana-de-aúcar | 3,2 | 3,4 | 4,3 |
| Feijão | 6,1 | 7,2 | 7,5 |
| Fumo | 0,8 | 0,7 | 0,7 |
| Mandioca | 2,4 | 3,2 | 4,5 |
| Milho | 32,2 | 29,9 | 30,5 |
| Trigo | 1,4 | 1,2 | 1,8 |
| Outros | 2,8 | 3,8 | 4,3 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: VILLELA; SUZIGAN, 2001, p. 191.

Podemos concluir que a adoção do PSI se iniciou sobre uma plataforma industrial já existente antes da década de 1930. Os primeiros anos da década foram de retração econômica, que teve os efeitos reduzidos em virtude da política de defesa do café e da utilização da capacidade produtiva ociosa. A partir de 1933 o país entra num aprofundamento do PSI com um forte crescimento econômico pautado no avanço da industrialização. Resultado disso é a maior participação da indústria no PIB brasileiro, como mostra a tabela abaixo.

| DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DO PIB BRASILEIRO, 1910-1950 (%) | | | |
|--|-------------|-----------|-----------|
| Ano | Agricultura | Indústria | Serviços* |
| 1910 | 35,8 | 14,0 | 50,2 |
| 1920 | 32,0 | 17,1 | 50,9 |
| 1930 | 30,6 | 16,5 | 52,9 |
| 1940 | 25,0 | 20,8 | 54,2 |
| 1950 | 24,3 | 24,1 | 51,6 |

* Inclui o governo.

Fonte: VILLELA; SUZIGAN *apud* LEOPOLDI 2007.

O aumento da participação da indústria no PIB é consequência da alteração do centro dinâmico da economia, que passou da agricultura para a indústria. O modelo de produção adotado gerou consequências para o país, como aponta Tavares (1979), no entanto, o Brasil superou a Grande Depressão no início da década de 1930 além de entrar definitivamente no estágio capitalista industrial.

A tabela abaixo mostra o panorama da indústria brasileira em 1920 e em 1940 desagregado por três grandes grupos de setores.

| <u>Estrutura da Produção Industrial Brasileira (1920 - 1940)</u> | | |
|--|---------------|---------------|
| Grupos de Indústrias | 1920 | 1940 |
| 1 - Tradicionais | 89,67 | 79,65 |
| Têxtil | 25,20 | 20,61 |
| Alimentos | 37,35 | 36,17 |
| Farmacêutica | 0,76 | 1,44 |
| Fumo | 3,34 | 1,53 |
| 2 - Dinâmicas A | 9,06 | 16,13 |
| Minerais não metálicos | 2,55 | 3,52 |
| Metalurgia | 3,18 | 5,41 |
| Química | 2,02 | 4,59 |
| 3 - Dinâmicas B | 1,27 | 4,24 |
| Mecânica | 0,07 | 0,91 |
| Material elétrico | - | 0,79 |
| Material de transporte | 1,20 | 2,54 |
| TOTAL (1+2+3) | 100,00 | 100,00 |
| Fonte: BONELLI; GONÇALVES <i>apud</i> FREITAS FILHO, 2014. | | |

Ao final da década de 1930 a indústria brasileira ainda estava concentrada nos setores tradicionais, como têxtil e alimentos, que se instalaram ainda nas primeiras duas décadas do século XX. O crescimento das indústrias dinâmicas é consequência da intensificação do processo de substituição de importação concentrado sobretudo no desenvolvimento da indústria de base no país.

CONCLUSÃO

O tema e o objetivo deste trabalho têm origem na impressão de que a Era Vargas foi o primeiro período da história brasileira em que se pensou em desenvolvimento econômico, em que o país traçou um caminho distinto daquele que fazia o país explorar sua “vocação” agrária e depender praticamente da exporta  o de um produto primário, o café, tornando a economia brasileira vulnerável e dependente do mercado externo.

Nitidamente, a Era Vargas representou um novo capítulo na história do Brasil. Rompeu com a prática política da República Velha baseada no clientelismo, ampliou as fun  o es do Estado, reorganizando as rela  o es entre os agentes sociais e permitindo-lhes maior participa  o na esfera do governo. Levou o país a outro padrão econômico por meio de um intenso processo de industrializa  o. Tais constata  o es induzem-nos a tentar entender os fatores que acarretaram em tantas mudanças. E a busca por tais explica  o es parte de uma análise do episódio que marca a transi  o entre a Primeira República e a Era Vargas: a Revolu  o de 1930.

Para estudar o episódio revolucionário    preciso entender a crise política na década de 1920 e os agentes sociais, bem como seus interesses, nele envolvidos. Embora as mudanças ocorridas no período posterior ao episódio sugiram uma quebra de todos os paradigmas adotados até então, incluindo o ascenso de uma classe burguesa ao poder, vimos que, do ponto de vista de representa  o de classe, ocorreu uma troca de poder entre oligarquias, fruto de uma crise política instaurada no interior da classe dominante. As interpreta  o es dualistas que conferem ao movimento caráter de revolu  o burguesa e evolu  o capitalista foram superadas. No entanto, não se pode depreender que a ausência de hegemonia de uma classe burguesa redunde na não existência de um projeto industrializante, significando que a industrializa  o ocorrida na década de 1930 foi consequência apenas da política macroecon  mica anticíclica adotada em resposta    Grande Depressão.

As propostas da Aliança Liberal já traziam ideias que sinalizavam uma reformula  o do quadro político e econômico e também são compatíveis com as medidas adotadas pelo governo ao longo da Era Vargas. As propostas desta chapa de oposi  o já indicavam uma revolu  o da política e uma diversifica  o da economia fundamentada na produ  o interna, que conduziria o país para um desenvolvimento industrial. Já havia uma preocupa  o em se adotar medidas protecionistas    indústria nacional, principalmente a siderurgia, que, como visto, foi uma das indústrias que mais se desenvolveu na década de 1930.

Muito embora a política econômica adotada no início do período tenha criado condições que estimularam o desenvolvimento da indústria nacional, não é possível reduzir apenas a isso o processo de industrialização cujo país atravessou. A criação de órgãos e códigos, os incentivos concedidos para algumas indústrias, o amparo e a organização dos trabalhadores e a implantação de mecanismos diretamente favoráveis à indústria como a CREA, são exemplos de ações deliberadas do governo que estão em consonância com as propostas da Aliança Liberal e sua orientação diversificadora.

O Brasil se aprofundou, ao longo da década de 1930, no Processo de Substituição de Importação que industrializou o país, ou seja, transferiu o centro dinâmico da economia do setor agrário para o setor industrial. O processo não apenas expandiu setores industriais que já haviam se instalado nas primeiras décadas do século XX como desenvolveu novas indústrias, sobretudo as de transformação. Paralelamente o setor agrícola também sofreu modificações estruturais, diminuindo a participação da cultura do café em detrimento de outras, como o algodão, que se tornou importante produto de exportação, e alimentos que abasteciam o mercado interno.

Analisando a Era Vargas e as mudanças políticas e econômicas engendradas podemos conceder à Revolução de 1930 *status* de “revolução” no sentido de que houve uma ruptura com os paradigmas vigentes no período imediatamente anterior. Concluímos também que as ações do governo caracterizaram uma ação deliberada do Estado com intenção de romper com as práticas da República Velha e que já eram previstas nas propostas da chapa de oposição, a Aliança Liberal, e nas suas orientações ideológicas.

REFERÊNCIAS

BAER, W. *A economia brasileira*. São Paulo: Editora Nobel, 2002.

BONAVIDES, P; AMARAL, R. Textos políticos da história brasileira. Vol. IV. República: Revolução de 1930 e Governo Provisório (1930-1934) Brasília: Senado Federal, 2002.

BRESSER-PEREIRA, L.C. Getúlio Vargas: o estadista, a nação e a democracia. Textos para discussão, 191, jun-2009, São Paulo: FGV.

CARRARO, A.; FONSECA, P. C. D. O desenvolvimento econômico no Primeiro Governo Vargas (1930-1945). Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas, Caxambu, MG, 2003.

CARVALHO, J. M. Mandonismo, coronelismo e clientelismo. Simpósio sobre Nation Building in Latin America: Conflict Between Local Power and National Power in the Nineteenth Century", em homenagem a Raymond Buve, Leiden, Holanda, 20-21 de abril de 1995.

CASALECCHI, J.E. A oligarquia paulista e a questão social: visões precursoras da Revolução de 1930. In: SZMRECSÁNYI, T; GRANZIERA, R.G. (organizadores). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. 2ª ed. revista e ampliada. Campinas: Editora Unicamp; São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

CPDOC. Verbetes: Aliança Liberal. Disponível em:
<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ALIAN%C3%87A%20LIBERAL.pdf>
Acessado em 08/10/2013.

CPDOC. Verbetes: Tenentismo. Disponível em:
<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/TENENTISMO.pdf>
Acessado em 05/07/2014.

CPDOC. Coluna Prestes. Disponível em:
<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CrisePolitica/ColunaPrestes>. Acessado em 30/11/2014.

D'ARAUJO, M.C. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, J; DELGADO, L.A.N (organizadores). O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. O Brasil Republicano, vol. 2. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.

DAVALLE, R. Federalismo, política dos governadores, eleições e fraudes eleitorais na República Velha. Revista Méti: história e cultura, vol. 2, nº 4, julho-dezembro/2003.

DINIZ, E. Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DINIZ, E. A progressiva subordinação das oligarquias regionais ao governo central. In: SZMRECSÁNYI, T; GRANZIERA, R.G. (organizadores). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. 2ª ed. revista e ampliada. Campinas: Editora Unicamp; São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

- FONSECA, P.C.D. Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930. *Revista de Economia Política*, vol. 23, nº 1(89), janeiro-março/2003.
- FONSECA, P.C.D. Vargas no contexto da Primeira República. In: SZMRECSÁNYI, T; GRANZIERA, R.G. (organizadores). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. 2ª ed. revista e ampliada. Campinas: Editora Unicamp; São Paulo: Editora Hucitec, 2004.
- FONSECA, P.C.D. A Revolução de 1930 e a economia brasileira. Texto para discussão, nº 06/2011. Porto Alegre: UFRGS/FCE/DECON, 2011.
- FREITAS FILHO, A. P.; CURY, V. M. Instituições, agentes sociais e desenvolvimento econômico: Rio de Janeiro, 1890-1945. *Estudos do século XX*. Empresas e empresários. Coimbra, Portugal: 2004.
- FREITAS FILHO, A. P. A indústria de alimentos no Rio de Janeiro e o ramo de moagem de trigo entre 1920 e 1945. Projeto de Pesquisa. IE/UFRJ, 2014.
- LAAN, R.V.D.L.; CUNHA, A.M.; FONSECA, P.C.D. Os pilares institucionais da política cambial e a industrialização nos anos 1930. *Revista de Economia Política*, vol. 32, nº 4 (129), outubro-dezembro/2012.
- LANNA JÚNIOR, M.C.M. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, J; DELGADO, L.A.N (organizadores). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. O Brasil Republicano, vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2006.
- LEOPOLDI, M.A.P. Estratégias de ação empresarial em conjunturas de mudança política. In: PANDOLFI, D.C. (organizadora). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- LEOPOLDI, M.A.P. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In: FERREIRA, J; DELGADO, L.A.N (organizadores). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. O Brasil Republicano, vol. 2. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.
- LESSA, R. A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. São Paulo: Editora Vértice, 1988.
- MARTINS, L. A Revolução de 1930 e seu significado político. In: *Revolução de 30*. Seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1982.
- OLIVEIRA, F. A economia brasileira: crítica à razão dualista. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1981.
- PANDOLFI, D.C. Os anos 1930: as incertezas de um regime. In: FERREIRA, J; DELGADO, L.A.N. (organizadores). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao*

- apogeu do Estado Novo. O Brasil Republicano, vol. 2. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.
- PEDROZA, M. O Coronelismo. Curso de História do Brasil Republicano, 1º sem./2013. Notas de aula. Apresentação de slides.
- SILVA, M.S. Política de mobilização de capitais para investimento privado: regulação bancária, e funding, operacionalização e desempenho da CREA (1932-1945). Revista Economia, Selecta, Brasília (DF), vol. 8, nº 4, dezembro/2007.
- SUZIGAN, W. Indústria brasileira: origem e desenvolvimento. São Paulo: Hucitec, Ed. Unicamp, 2000.
- TAVARES, M.C. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1979.
- VILLELA, A.V.; SUZIGAN, W. Política do governo e crescimento da economia brasileira (1889-1945). Brasília: IPEA, 2001, 3ª ed.